

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.184.178
Preferenciais	7.232.205
Total	14.416.383
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	759.412	754.502
1.01	Ativo Circulante	45.425	35.676
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.405	6.964
1.01.03	Contas a Receber	24.367	15.323
1.01.03.01	Clientes	24.367	15.323
1.01.04	Estoques	655	565
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.134	1.758
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.134	1.758
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.864	11.066
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.285	2.094
1.01.08.03	Outros	579	8.972
1.02	Ativo Não Circulante	713.987	718.826
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.663	42.227
1.02.01.07	Tributos Diferidos	28.444	30.228
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.444	30.228
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	13.069	11.849
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	13.069	11.849
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	150	150
1.02.02	Investimentos	655.213	660.813
1.02.02.01	Participações Societárias	655.213	660.813
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	92.362	78.896
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	500.440	519.243
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	62.411	62.674
1.02.03	Imobilizado	13.042	13.136
1.02.04	Intangível	4.069	2.650

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	759.412	754.502
2.01	Passivo Circulante	18.880	24.157
2.01.02	Fornecedores	14.095	8.795
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.095	8.795
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.919	13.403
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	5.488
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	3.579
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	0	1.909
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	7.741
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	174
2.01.05	Outras Obrigações	866	1.959
2.01.05.02	Outros	866	1.959
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	866	1.959
2.02	Passivo Não Circulante	97.093	97.366
2.02.03	Tributos Diferidos	96.997	97.270
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	96.997	97.270
2.02.04	Provisões	96	96
2.03	Patrimônio Líquido	643.439	632.979
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.04	Reservas de Lucros	24.635	24.635
2.03.04.01	Reserva Legal	1.615	1.615
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	23.020	23.020
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-30.323	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	83.102	42.319

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	25.311	44.501	16.063	30.354
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.754	-35.965	-5.433	-15.881
3.03	Resultado Bruto	5.557	8.536	10.630	14.473
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-49.274	-41.476	92.175	144.831
3.04.01	Despesas com Vendas	45	5.983	18.494	39.866
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.719	-13.135	-4.515	-13.123
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.680	1.680	6.561	6.909
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2.539	2.539	0	-46
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-49.819	-38.543	71.635	111.225
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-43.717	-32.940	102.805	159.304
3.06	Resultado Financeiro	410	1.524	9.022	10.305
3.06.01	Receitas Financeiras	438	1.710	9.052	10.451
3.06.02	Despesas Financeiras	-28	-186	-30	-146
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-43.307	-31.416	111.827	169.609
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.240	1.093	-4.519	-3.615
3.08.01	Corrente	0	0	-2.528	-2.528
3.08.02	Diferido	1.240	1.093	-1.991	-1.087
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-42.067	-30.323	107.308	165.994
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-42.067	-30.323	107.308	165.994
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,77870	-2,00300	7,08800	10,96450
3.99.01.02	PNA	-3,05660	-2,20330	7,79670	12,06100
3.99.01.03	PNB	-3,05660	-2,20330	7,79670	12,06100
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-2,77870	-2,00300	7,08800	10,96450
3.99.02.02	PNA	-3,05660	-2,20330	7,79670	12,06100
3.99.02.03	PNB	-3,05660	-2,20330	7,96700	12,06100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-42.067	-30.323	107.308	165.994
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-20.955	40.783	-71.937	-205.264
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial sobre Benefício Definido	-20.955	40.783	-71.937	-205.264
4.03	Resultado Abrangente do Período	-63.022	10.460	35.371	-39.270

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.793	110.406
6.01.01	Recebimento de Consumidores	46.162	82.819
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	419	371
6.01.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	38.097	57.576
6.01.06	Outros Recebimentos	2.891	967
6.01.07	Fornecedores - Materiais e Serviços	-32.628	-19.477
6.01.10	Salários e Encargos Sociais	-10.494	-10.407
6.01.12	Impostos e Contribuições	-5.325	-354
6.01.15	Outros Pagamentos	-7.329	-1.089
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.679	-97.988
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-1.665	-1.415
6.02.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-19.715	-103.573
6.02.06	Alienação de Imóveis	2.701	0
6.02.07	Redução de Capital em Investida	0	7.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.673	-6.228
6.03.03	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-7.673	-10.623
6.03.07	Outros	0	-239
6.03.08	Empréstimos e Financiamentos Recebidos	0	4.634
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.441	6.190
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.964	4.248
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.405	10.438

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	24.635	0	42.319	632.979
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	24.635	0	42.319	632.979
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-23.020	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.020	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.323	40.783	10.460
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.323	0	-30.323
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.783	40.783
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	40.783	40.783
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.020	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	23.020	0	0	0
5.07	Saldos Finais	566.025	0	24.635	-30.323	83.102	643.439

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-119.773	165.702	611.954
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-119.773	165.702	611.954
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	23.020	-30.694	0	-7.674
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.674	0	-7.674
5.04.08	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	23.020	-23.020	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	152.082	-123.383	28.699
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	152.082	0	152.082
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-123.383	-123.383
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	0	-123.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.615	0	-1.615	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.615	0	-1.615	0	0
5.07	Saldos Finais	566.025	1.615	23.020	0	42.319	632.979

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	60.343	74.070
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	50.142	34.204
7.01.02	Outras Receitas	1.680	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.538	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	5.983	39.866
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.648	-13.030
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-14.607	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.660	-19.389
7.02.04	Outros	-381	6.359
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.695	61.040
7.04	Retenções	-559	-163
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-559	-163
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	18.136	60.877
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-36.729	122.144
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-38.544	111.225
7.06.02	Receitas Financeiras	1.815	10.059
7.06.03	Outros	0	860
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	0	860
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-18.593	183.021
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-18.593	183.021
7.08.01	Pessoal	9.699	8.658
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.522	8.585
7.08.01.02	Benefícios	73	30
7.08.01.03	F.G.T.S.	104	43
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.781	8.173
7.08.02.01	Federais	471	7.482
7.08.02.02	Estaduais	1.310	691
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	250	196
7.08.03.02	Aluguéis	64	95
7.08.03.03	Outras	186	101
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	186	101
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-30.323	165.994
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-30.323	165.994

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	3.920.543	3.637.085
1.01	Ativo Circulante	1.990.516	1.695.912
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	125.179	92.001
1.01.03	Contas a Receber	608.128	555.376
1.01.04	Estoques	9.462	7.846
1.01.06	Tributos a Recuperar	51.852	40.813
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	51.852	40.813
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.195.895	999.876
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	2.996	2.094
1.01.08.03	Outros	1.192.899	997.782
1.02	Ativo Não Circulante	1.930.027	1.941.173
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	283.161	261.879
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	10.395	7.770
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	10.395	7.770
1.02.01.04	Contas a Receber	50.214	43.295
1.02.01.07	Tributos Diferidos	36.862	36.252
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.862	36.252
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	14.794	13.529
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	14.794	13.529
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	170.896	161.033
1.02.01.10.02	Ativos de Operações Descontinuadas	170.896	161.033
1.02.02	Investimentos	614.440	599.487
1.02.02.01	Participações Societárias	340.020	323.370
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	277.609	260.696
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	62.411	62.674
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	274.420	276.117
1.02.03	Imobilizado	99.453	104.066
1.02.04	Intangível	932.973	975.741

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	3.920.543	3.637.085
2.01	Passivo Circulante	1.875.121	1.625.803
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	59.162	50.819
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	59.162	50.819
2.01.02	Fornecedores	669.924	403.602
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	669.924	403.602
2.01.03	Obrigações Fiscais	118.585	198.161
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	172.091	189.671
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	124.446	125.030
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	124.446	125.030
2.01.04.02	Debêntures	47.645	64.641
2.01.05	Outras Obrigações	849.140	779.537
2.01.05.02	Outros	849.140	779.537
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.954	16.766
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	102.542	101.030
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	892	4.791
2.01.05.02.09	Contribuição de Iluminação Pública	97.309	79.130
2.01.05.02.10	Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	620.297	543.297
2.01.05.02.15	Outras Obrigações	19.146	34.523
2.01.06	Provisões	6.219	4.013
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.219	4.013
2.02	Passivo Não Circulante	1.197.786	1.176.874
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	321.772	317.299
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	290.540	255.312
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	290.540	255.312
2.02.01.02	Debêntures	31.232	61.987
2.02.02	Outras Obrigações	415.814	485.392
2.02.02.02	Outros	415.814	485.392
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	125.634	166.427
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	176.344	168.748
2.02.02.02.05	Contribuição de Iluminação Pública	13.257	42.494
2.02.02.02.07	Fornecedores	38.290	0
2.02.02.02.09	Obrigações Vinculadas a Concessão	4.866	65.420
2.02.02.02.10	Outras Obrigações	7.143	9.740
2.02.02.02.11	Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	50.280	32.563
2.02.03	Tributos Diferidos	385.505	299.017
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	385.505	299.017
2.02.04	Provisões	74.695	75.166
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	74.695	75.166
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	847.636	834.408
2.03.01	Capital Social Realizado	566.025	566.025
2.03.04	Reservas de Lucros	24.635	24.635
2.03.04.01	Reserva Legal	1.615	1.615
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	23.020	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	23.020
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-30.323	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	83.102	42.319
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	204.197	201.429

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	738.430	1.956.906	774.393	1.880.979
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-682.302	-1.686.162	-645.512	-1.511.790
3.03	Resultado Bruto	56.128	270.744	128.881	369.189
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-75.894	-191.097	-24.147	-144.531
3.04.01	Despesas com Vendas	-35.421	-94.857	-12.270	-65.123
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-42.509	-129.850	-46.165	-149.678
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	29.211	66.949	38.579	99.982
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33.012	-54.874	-10.079	-42.882
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.837	21.535	5.788	13.170
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-19.766	79.647	104.734	224.658
3.06	Resultado Financeiro	-36.910	-80.383	76.586	37.811
3.06.01	Receitas Financeiras	35.551	70.484	46.912	83.765
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.461	-150.867	29.674	-45.954
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-56.676	-736	181.320	262.469
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	17.861	-13.657	-69.115	-77.627
3.08.01	Corrente	-3.030	-17.413	6.334	-30.522
3.08.02	Diferido	20.891	3.756	-75.449	-47.105
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-38.815	-14.393	112.205	184.842
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-38.815	-14.393	112.205	184.842
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-42.067	-30.323	107.308	165.994
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.252	15.930	4.897	18.848
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-2,77870	-2,00300	7,08800	10,96450
3.99.01.02	PNA	-3,05660	-2,20330	7,79670	12,06100
3.99.01.03	PNB	-3,05660	-2,20330	7,79670	12,06100
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-2,77870	-2,00300	7,08800	10,96450

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.99.02.02	PNA	-3,05660	-2,20330	7,79670	12,06100
3.99.02.03	PNB	-3,05660	-2,20330	7,79670	12,06100

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-38.815	-14.393	112.205	184.842
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-20.955	40.783	-71.937	-205.264
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-59.770	26.390	40.268	-20.422
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-63.022	10.460	35.371	-39.270
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.252	15.930	4.897	18.848

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	106.197	156.939
6.01.01	Recebimento de Consumidores	3.063.039	2.749.166
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	4.996	6.445
6.01.04	Liberação de Garantia CCEE	2.633	0
6.01.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	11.262	21.419
6.01.06	Outros Recebimentos	10.598	831
6.01.07	Fornecedores - Materiais e Serviços	-128.403	-134.990
6.01.08	Fornecedores - Energia Elétrica	-1.500.124	-1.032.715
6.01.09	Contribuição de Iluminação Pública	-133.177	-207.002
6.01.10	Salários e Encargos Sociais	-199.547	-278.387
6.01.11	Pagamentos e Encargos da Dívida	-34.440	-41.613
6.01.12	Impostos e Contribuições	-587.315	-609.767
6.01.13	Encargos Setoriais	-343.736	-266.111
6.01.14	Arrendamento Operacional	-23.416	-30.004
6.01.15	Outros Pagamentos	-36.173	-20.333
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-48.035	-40.854
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-48.035	-40.854
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.984	-117.949
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	115.001	4.634
6.03.03	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos	-20.965	-32.175
6.03.04	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-116.487	-86.031
6.03.06	Custos de Transação	873	-219
6.03.07	Outros	-3.406	-4.158
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	33.178	-1.864
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	92.001	86.041
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	125.179	84.177

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	1.615	23.020	0	42.319	632.979	201.429	834.408
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	1.615	23.020	0	42.319	632.979	201.429	834.408
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-23.020	0	0	-23.020	-13.162	-36.182
5.04.06	Dividendos	0	0	-23.020	0	0	-23.020	0	-23.020
5.04.08	Constituição de Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-13.162	-13.162
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.323	40.783	10.460	15.930	26.390
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.323	0	-30.323	15.930	-14.393
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.783	40.783	0	40.783
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	40.783	40.783	0	40.783
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.020	0	0	23.020	0	23.020
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	23.020	0	0	23.020	0	23.020
5.07	Saldos Finais	566.025	1.615	23.020	-30.323	83.102	643.439	204.197	847.636

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	566.025	0	0	-119.773	165.702	611.954	219.218	831.172
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	566.025	0	0	-119.773	165.702	611.954	219.218	831.172
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	23.020	-30.694	0	-7.674	-42.940	-50.614
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.674	0	-7.674	-38.135	-45.809
5.04.08	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	23.020	-23.020	0	0	0	0
5.04.09	Constituição de Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-4.805	-4.805
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	152.082	-123.383	28.699	25.151	53.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	152.082	0	152.082	25.151	177.233
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-123.383	-123.383	0	-123.383
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-123.383	-123.383	0	-123.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.615	0	-1.615	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.615	0	-1.615	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	566.025	1.615	23.020	0	42.319	632.979	201.429	834.408

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	2.986.146	2.966.071
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.989.681	2.902.688
7.01.02	Outras Receitas	12.773	43.315
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	63.916	54.782
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-80.224	-34.714
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.750.700	-1.546.794
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.666.904	-1.433.994
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-110.255	-127.535
7.02.04	Outros	26.459	14.735
7.02.04.01	Provisões/Reversões	-989	29.122
7.02.04.03	Outros	27.448	-14.387
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.235.446	1.419.277
7.04	Retenções	-42.424	-39.780
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.424	-39.780
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.193.022	1.379.497
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	71.277	100.421
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.535	13.171
7.06.02	Receitas Financeiras	49.723	86.273
7.06.03	Outros	19	977
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	19	977
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.264.299	1.479.918
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.264.299	1.479.918
7.08.01	Pessoal	143.794	169.371
7.08.01.01	Remuneração Direta	93.510	98.331
7.08.01.02	Benefícios	23.578	41.166
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.846	16.014
7.08.01.04	Outros	13.860	13.860
7.08.01.04.01	Participação nos Lucros e Resultados	13.860	13.860
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	986.253	1.053.708
7.08.02.01	Federais	464.461	558.520
7.08.02.02	Estaduais	521.792	495.188
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	148.645	71.995
7.08.03.02	Aluguéis	20.259	25.060
7.08.03.03	Outras	128.386	46.935
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	128.386	46.935
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-14.393	184.844
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-30.323	165.996
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	15.930	18.848

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2018
Comentário do Desempenho
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
3º TRIMESTRE DE 2018
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
(não revisado pelos Auditores Independentes)

O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília (“Companhia” ou “CEB”) e de suas controladas, descritas nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias, em 30 de setembro de 2018.

CONTEXTO MACROECONÔMICO

De acordo com a Carta de Conjuntura do 3º trimestre de 2018, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o desempenho da economia no terceiro trimestre vem se caracterizando pelo aumento da instabilidade no mercado financeiro combinado com a continuidade do lento processo de recuperação da atividade econômica. Na comparação com o segundo trimestre, a evolução do produto interno bruto (PIB) apresenta alguma aceleração (crescimento com ajuste sazonal de 1,1%), mas esta aceleração na margem ocorre após o agudo choque de oferta adverso causado pela greve dos caminhoneiros, devendo-se, assim, em grande medida, à fraca base de comparação. O aumento da instabilidade, por sua vez, vem sendo causado por uma série de fatores domésticos e externos. No front externo, o cenário revela-se menos favorável às economias emergentes, devido ao processo de normalização da política monetária nos Estados Unidos, ao recrudescimento da guerra comercial promovida pelo governo Trump e aos episódios envolvendo Turquia e Argentina, cujas moedas desvalorizaram fortemente, contribuindo para aumentar a percepção de risco no mercado internacional. No âmbito doméstico, as incertezas associadas ao período eleitoral, em um quadro fiscal ainda marcado por desajuste estrutural significativo, têm provocado o aumento dos prêmios de risco e o aperto das condições financeiras, afetando de forma negativa as decisões de investimento e consumo dos agentes econômicos. A relativamente baixa taxa de crescimento esperada para este ano (1,6%) e a elevada volatilidade macroeconômica derivam das mesmas fragilidades estruturais da economia: estagnação da produtividade e desequilíbrio fiscal. No curto prazo, o efeito negativo da baixa produtividade sobre as taxas de crescimento tende a ser minimizado pela capacidade ociosa ainda existente na economia – dado o elevado hiato de produto observado (3,7%, de acordo com o Indicador Ipea), é possível projetar uma retomada mais forte da economia no próximo ano sem pressões inflacionárias significativas. O desequilíbrio fiscal, em contrapartida, ao colocar a dívida pública em trajetória de alta não sustentável, tem gerado incertezas que afetam as decisões de investimento e consumo de mais longo prazo e aumentam o risco financeiro percebido pelos investidores. Este é, de longe, o principal fator interno de risco para o cenário traçado nas previsões apresentadas nesta seção, que discute também a trajetória esperada para a dívida pública e o papel do teto dos gastos na estratégia de reversão de sua tendência de alta..

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO - 3º TRIMESTRE DE 2018

Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



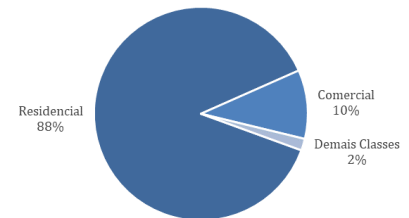
DESEMPENHO OPERACIONAL

QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE:

Composição de Consumidores por Classe	3T18	2T18	3T17	Δ Trim.	Δ Ano
Residencial	943.981	938.774	924.221	0,6%	2,1%
Industrial	1.549	1.544	1.554	0,3%	-0,3%
Comercial	111.987	111.378	110.189	0,5%	1,6%
Rural	10.651	10.609	10.490	0,4%	1,5%
Poder Público	6.378	6.355	6.303	0,4%	1,2%
Iluminação Pública	19	19	19	0,0%	0,0%
Serviço Público	343	340	336	0,9%	2,1%
Consumidores Faturados	1.074.908	1.069.019	1.053.112	0,6%	2,1%
Consumo Próprio	46	45	47	2,2%	-2,1%
(=) Total	1.074.954	1.069.064	1.053.159	0,6%	2,1%

A Companhia encerrou o 3T18 com 1.074.954 consumidores, dentre os quais, 88% pertencentes à classe residencial, 10% à comercial e 2% às demais classes. Esta composição permanece estável em relação aos últimos períodos apurados. Houve crescimento na quantidade de consumidores de 0,6% no trimestre e de 2,1% no período de 1 ano.

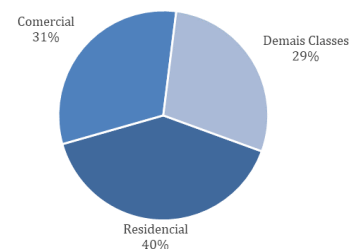
Composição de Consumidores por Classe



CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE (Em MWh):

Composição do Consumo por Classe	3T18	2T18	3T17	Δ Trim.	Δ Ano	9M18	9M17	Δ Acum.
Residencial	583.873	543.878	540.489	7,4%	8,0%	1.662.618	1.637.336	1,5%
Industrial	24.581	26.288	37.298	-6,5%	-34,1%	81.434	112.577	-27,7%
Comercial	444.472	420.543	433.342	5,7%	2,6%	1.303.568	1.405.885	-7,3%
Rural	38.618	39.349	40.505	-1,9%	-4,7%	105.995	111.277	-4,7%
Poder Público	143.386	136.865	136.743	4,8%	4,9%	421.783	446.183	-5,5%
Iluminação Pública	115.924	117.939	116.554	-1,7%	-0,5%	348.969	340.943	2,4%
Serviço Público	83.068	76.045	76.582	9,2%	8,5%	227.274	232.878	-2,4%
(=) Fornecimento faturado	1.433.922	1.360.907	1.381.513	5,4%	3,8%	4.151.640	4.287.079	-3,2%
Consumo Próprio	328	316	323	3,8%	1,5%	968	989	-2,1%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.434.250	1.361.223	1.381.837	5,4%	3,8%	4.152.608	4.288.068	-3,2%

Composição do Consumo por Classe



No 3T18, o consumo apresentou crescimento de 5,4% em relação ao 2T18. Quando comparado com o 3T17 o consumo dos clientes da CEB Distribuição aumentou 3,8%. Em relação à composição do consumo por classe de consumidores, conforme gráfico ao lado, 40% do consumo foi relativo à consumidores da classe residencial, 31% da classe comercial e 29% das demais classes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO - 3º TRIMESTRE DE 2018

Comentário do Desempenho

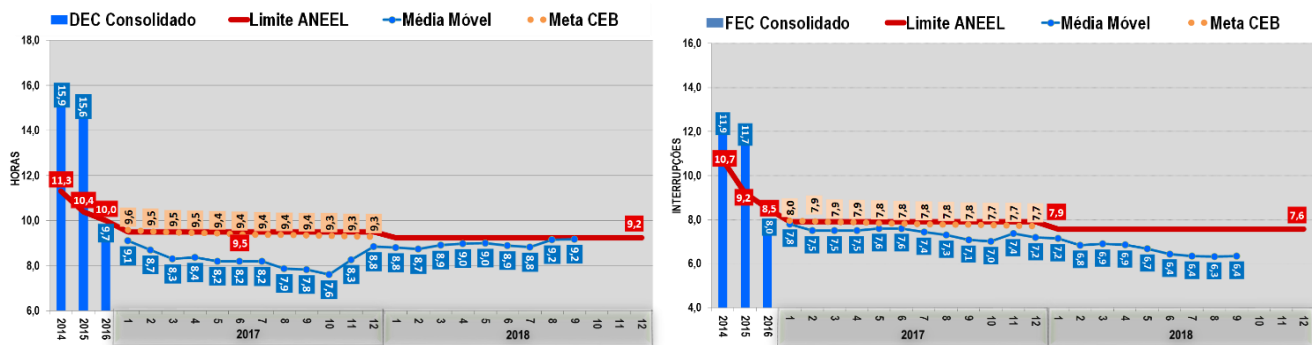
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



QUALIDADE DO SERVIÇO

(DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA ("DEC") E FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA ("FEC"))

Por determinação do Órgão Regulador, a controlada integral CEB Distribuição S.A. ("CEB D"), concessionária de distribuição de energia elétrica, formalizou à ANEEL, por meio da Carta nº 144/2015-DD, de 13 de abril de 2015, o compromisso de executar um Plano de Resultados que contemplou quatro dimensões: Indicadores de Continuidade – DEC e FEC; Reclamações e Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira. O mencionado Plano foi concluído e, particularmente com relação aos indicadores DEC e FEC, estão sendo cumpridas as trajetórias com tendências declinantes e melhores que aquelas pactuadas com o Regulador nos exercícios de 2017 e 2018, conforme pode ser constatado nos gráficos seguintes:



RESULTADOS CONSOLIDADOS:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA:

	3T18	2T18	3T17	Δ Trim.	Δ Ano	9M18	9M17	Δ Acum.
Fornecimento de Energia Elétrica	982.840	828.575	785.351	18,6%	25,1%	2.603.378	2.442.902	6,6%
Energia de Curto Prazo	59.322	33.690	59.073	76,1%	0,4%	102.718	224.768	-54,3%
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	(15.146)	77.808	209.906	-119,5%	-107,2%	18	93.405	-19,8%
Receita de Construção	17.552	23.654	33.451	-25,8%	-47,5%	63.916	54.782	16,7%
Aporte de Recursos CDE	48.720	13.934	11.444	249,6%	325,7%	76.124	35.200	116,3%
Receita de Prestação de Serviços	28.947	14.876	18.672	94,6%	55,0%	51.706	35.426	46,0%
Suprimento de Energia	8.756	9.580	8.765	-8,6%	-0,1%	26.502	25.810	2,7%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	7.826	9.335	1.761	-16,2%	344,4%	23.854	16.891	41,2%
Arrendamento e Aluguéis	7.944	7.969	12.230	-0,3%	-35,0%	25.448	23.189	9,7%
Receita de Venda de Gás	1.384	1.146	894	20,8%	54,8%	3.595	2.762	30,2%
Outras Receitas	637	423	867	50,6%	-26,5%	1.481	2.331	-36,5%
Receita Operacional Bruta	1.148.782	1.020.990	1.142.414	12,5%	0,6%	3.053.597	2.957.466	3,3%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(410.351)	(365.680)	(368.021)	12,2%	11,5%	(1.096.690)	(1.076.487)	1,9%
Receita Operacional Líquida	738.431	655.310	774.393	12,7%	-4,6%	1.956.907	1.880.979	4,0%

A Receita Operacional Bruta manteve estabilidade em relação ao 3T17, apresentando um aumento de 0,6%. Quando comparado com o 2T18 o aumento foi de 12,5%, justificado, principalmente, pelo incremento da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica, ocorrida pelos seguintes fatores: aumento de 5,4% no consumo e da revisão tarifária extraordinária, que representou um reajuste médio na tarifa equivalente a 8,8%, a partir de junho de 2018.

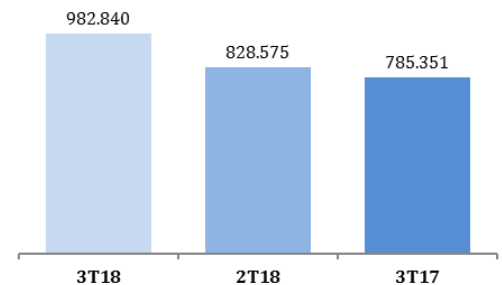
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO - 3º TRIMESTRE DE 2018**Comentário do Desempenho**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

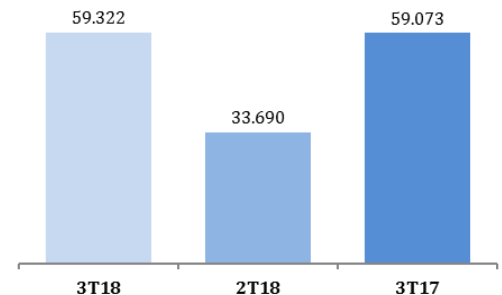
**FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA:**

Consumidores	MWh			R\$ mil			Δ Trim	Δ Ano
	3T18	2T18	3T17	3T18	2T18	3T17		
Residencial	583.873	543.878	540.490	399.353	347.073	326.071	15,1%	22,5%
Industrial	24.581	26.288	37.298	21.978	18.986	22.639	15,8%	-2,9%
Comercial	444.472	420.543	433.342	311.812	277.004	266.181	12,6%	17,1%
Rural	38.618	39.349	40.505	20.390	16.431	16.813	24,1%	21,3%
Poder Público	143.386	136.865	136.743	108.127	97.561	89.753	10,8%	20,5%
Iluminação Pública	115.924	117.939	116.554	50.120	41.609	40.717	20,5%	23,1%
Serviço Público	83.068	76.045	76.582	46.050	36.969	35.862	24,6%	28,4%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.433.922	1.360.907	1.381.514	957.829	835.633	798.036	14,6%	20,0%
Consumo Próprio	328	316	323					
Fornecimento Não Faturado				25.010	(7.060)	(12.685)	-454,2%	-297,2%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.434.250	1.361.223	1.381.837	982.839	828.573	785.351	18,6%	25,1%

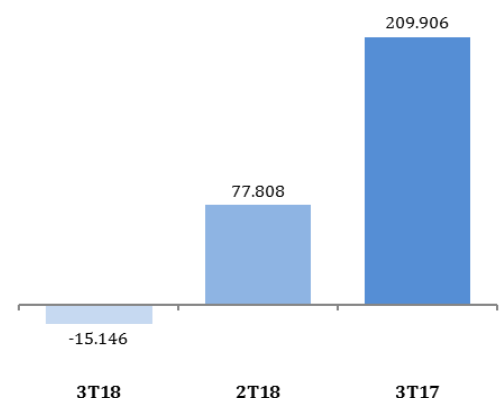
A receita de Fornecimento de Energia Elétrica no 3T18 registrou um acréscimo de 18,6% em relação ao 2T18. Quando comparado o 3T18 com o 3T17, houve aumento de 25,1%. O incremento de receita no 3T18, quando confrontada com o 2T18, justifica-se, principalmente, pelo aumento do consumo equivalente a 5,4% no terceiro trimestre de 2018 em relação ao imediatamente anterior, bem como pelo reajuste médio de 8,8% percebido pelo advento da Revisão Tarifária Extraordinária.

Fornecimento de Energia Elétrica**ENERGIA DE CURTO PRAZO:**

A receita de Energia de Curto Prazo no 3T18 atingiu R\$ 59.322, 76,1% superior à receita reconhecida no 2T18, justificada, principalmente, pela elevação média do Preço de Liquidação das Diferenças no trimestre, em relação ao praticado no trimestre imediatamente anterior, que subiu de subiu do patamar de R\$ 110/Mwh em abril de 2018 para R\$505/Mwh em julho e agosto de 2018. No acumulado do ano, quando comparado com 2017, verifica-se uma redução de receita equivalente a 54,3%, decorrente dos resultados do Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits (MCSD de Energia Nova A-1 de 2018).

Energia de Curto Prazo**RECURSOS DE PARCELA "A" E OUTROS ITENS FINANCEIROS:**

O redução de 19,8% (-R\$ 18.530) verificado no acumulado do ano de 2018 (9M18), quando comparado com o mesmo período de 2017, decorre, principalmente, por conta da menor exposição no ano ao Mercado de Curto Prazo, além do aumento do faturamento de bandeira, recebimento via CCRBT e consequente devolução por meio da CVA.

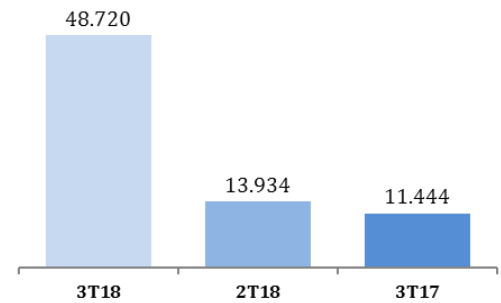
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2018**Comentário do Desempenho**

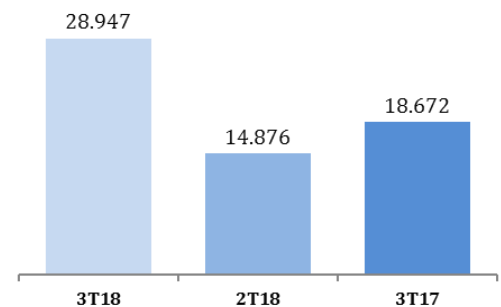
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**APORTES DE RECURSOS CDE:**

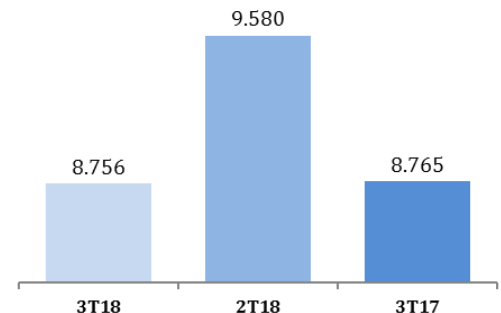
A receita de Aporte de Recursos da CDE apresentou relevante crescimento nos períodos comparados do 3T18 com o 2T18 e 3T17, justificado pelo aumento do ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, bem como do ressarcimento de P&D e da receita de bandeiras tarifárias.

Aporte de Recursos CDE**RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

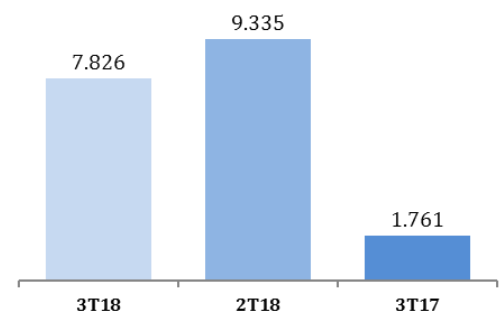
A Receita de Prestação de Serviços é historicamente oscilante, dependendo da demanda do contratante, Distrito Federal, particularmente no tocante à realização de obras. No 3T18 tal receita apresentou aumento de R\$ 14.071 (94,6%), decorrente do aumento expressivo do volume de obras de expansão de Iluminação Pública, na comparação com o 2T18. Em relação ao 3T17, o maior volume de obras, representou uma variação positiva de 55,0%.

Receita de Prestação de Serviços**SUPRIMENTO DE ENERGIA:**

A receita de Suprimento de Energia da CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A. alcançou no 3T18 R\$ 8.756, 8,6% inferior ao verificado no 2T18 (R\$ 9.580) e o mesmo patamar verificado no 3T17 (R\$ 8.765). A variação no acumulado do ano corrente em relação ao mesmo período do ano anterior foi de 2,7%, justificada pelo reajuste de preços nos contratos de venda de energia.

Suprimento de Energia**DISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO:**

A receita de Disponibilidade do Sistema de Distribuição no 3T18 (R\$ 7.826) reduziu 16,2% em relação ao 2T18 (R\$ 9.335). Quando comparado com o 3T17 (R\$ 1.761), o aumento verificado de R\$ 6.065 decorreu em razão de que naquele trimestre o custo da CDE tinha sido retirado da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), mediante liminar.

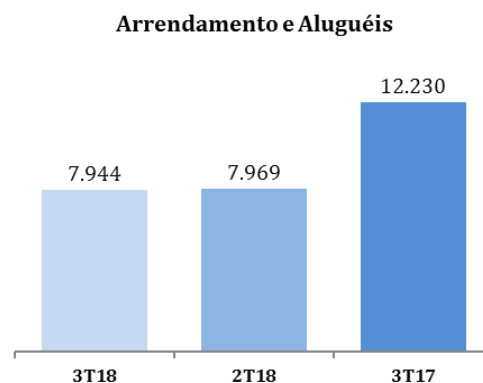
Disponibilidade do Sistema de Distribuição

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO - 3º TRIMESTRE DE 2018
Comentário do Desempenho
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



ARRENDAMENTO E ALUGUÉIS:

A receita de Arrendamento e Aluguéis manteve-se estável no 3T18 em relação ao trimestre anterior (2T18). No acumulado do ano, o acréscimo de receita representou, até o 3T17, 9,7%, justificado pelo reajuste de contratos de compartilhamento de infraestrutura.



CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:

	3T18	2T18	3T17	Δ Trim.	Δ Ano	9M18	9M17	Δ Acum.
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(546.107)	(328.596)	(477.201)	66,2%	14,4%	(1.185.857)	(1.123.118)	5,6%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(44.259)	(40.106)	(75.613)	10,4%	-41,5%	(235.639)	(144.294)	63,3%
Custo da Energia Comprada	(590.366)	(368.702)	(552.814)	60,1%	6,8%	(1.421.496)	(1.267.412)	12,2%
Pessoal e Administradores	(52.319)	(44.894)	(50.935)	16,5%	2,7%	(152.230)	(179.258)	-15,1%
Serviço de Terceiros	(48.621)	(41.487)	(42.461)	17,2%	14,5%	(131.702)	(123.705)	6,5%
Custo de Construção	(17.552)	(23.654)	(5.960)	-25,8%	194,5%	(63.916)	(54.782)	16,7%
Depreciação e Amortização	(14.205)	(14.310)	(12.730)	-0,7%	11,6%	(42.424)	(39.780)	6,6%
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(42.892)	(24.658)	(14.019)	73,9%	206,0%	(80.224)	(34.714)	131,1%
Arrendamento	(6.906)	(6.905)	(8.505)	0,0%	-18,8%	(20.717)	(25.515)	-18,8%
Material	(4.410)	(1.151)	(855)	283,1%	415,8%	(6.029)	(2.054)	193,5%
Outras Despesas	17.038	(4.780)	(7.497)	-456,4%	-327,3%	7.868	629	1150,9%
Despesas Operacionais	(169.867)	(161.839)	(142.962)	5,0%	18,8%	(489.374)	(459.179)	6,6%
Total	(760.233)	(530.541)	(695.776)	43,3%	9,3%	(1.910.870)	(1.726.591)	10,7%

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 760.233 no 3T18, um acréscimo de R\$ 229.692 (43,3%), em relação ao 2T18. Relativamente ao 3T17, apurou-se um aumento de R\$ 64.457 (9,3%). Ao se analisar o acumulado do ano, frente ao mesmo período do ano anterior, observa-se evolução de 10,7%, decorrente do aumento dos encargos de uso da rede elétrica (+63,3%); e da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa (+131,1%). As principais ocorrências no período quanto aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

CUSTO DA ENERGIA COMPRADA:

O Custo da Energia Comprada no 3T18 totalizou R\$ 1.421.496, um acréscimo de R\$ 154.084 (12,2%), na comparação dos 9M18 com os 9M17. Essa variação decorreu principalmente do aumento dos encargos de uso da rede elétrica (63,3%).

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO - 3º TRIMESTRE DE 2018**Comentário do Desempenho**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**DESPESAS OPERACIONAIS:**

As Despesas Operacionais, acumuladas até setembro de 2018, foram de R\$ 489.374, 6,6% superior ao apurado no mesmo período de 2017. Destaca-se o seguinte item:

▮ **Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa:** em 2018 houve um acréscimo, até o momento, de R\$ 45.510 (131,1%), quando comparado com o mesmo período de 2017. Tal comportamento decorre, principalmente, da....

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS:

	3T18	2T18	3T17	Δ Trim.	Δ Ano	9M18	9M17	Δ Acum.
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	2.828	4.337	6.538	-34,8%	-56,7%	11.241	55.358	-79,7%
Recuperação de Créditos Baixados como Perdas	16.778	13.727	19.231	22,2%	-12,8%	2.396	39.542	-93,9%
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros		(8.943)		-100,0%		(8.943)	(9.371)	-4,6%
Reversão de Prov. Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	440	5.049	8.888	-91,3%	-95,0%	9.754	11.273	-13,5%
Variação do Valor Justo-Ativo Financeiro Indenizável	2.151	1.010	1.411	113,0%	52,4%	4.644	3.381	37,4%
Tributos Sobre Outras Receitas	2.533	(82)	2.620	-3189,0%	-3,3%	1.842	(225)	-918,7%
Ganho na Baixa de Bens			(384)		-100,0%		(610)	-100,0%
Outras Receitas	4.481	(49)	275	-9244,9%	1535,4%	4.909	634	674,3%
Outras Receitas Operacionais	29.211	15.049	38.579	94,1%	-24,3%	25.843	99.982	-74,2%
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(2.787)	(4.228)	(5.350)	-34,1%	-47,9%	(11.569)	(26.589)	-56,5%
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios.	(4.274)	(1.127)	(4.541)	279,2%	-5,9%	(9.777)	(9.541)	2,5%
Compensação por descontinuidade de energia	(481)	(1.778)	(372)	-72,9%	29,3%	(5.923)	(3.664)	61,7%
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais	(497)	(1.391)	(186)	-64,3%	167,2%	(2.628)	(2.471)	6,4%
Multas ANEEL			(1.529)		-100,0%		(507)	-100,0%
Outras Despesas	(24.973)	4	1.899	-624425,0%	-1415,1%	16.130	(110)	-14763,6%
Outras Despesas Operacionais	(33.012)	(8.520)	(10.079)	287,5%	227,5%	(13.767)	(42.882)	-67,9%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	(3.800)	6.529	28.500	-158,2%	-113,3%	12.076	57.100	-78,9%

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – 3º TRIMESTRE DE 2018

Comentário do Desempenho

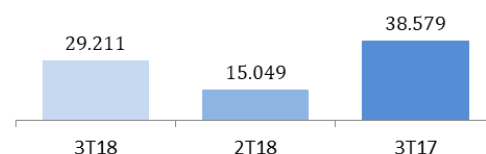
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.



OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

A conta Outras Receitas Operacionais acumulada do ano atual apresentou uma redução de 74,2% em relação ao mesmo período dos 9 primeiros meses do ano anterior, impactada, primordialmente, pela recuperação de créditos baixados como perdas.

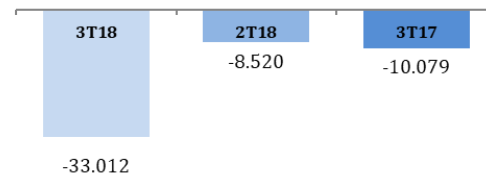
Outras Receitas Operacionais



OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:

As Outras Despesas Operacionais reduziram nos 9M18, 67,9% em relação ao mesmo período de 2017. As principais rubricas responsáveis por esta redução, foram a ausência de Multas da Aneel em 2017 e a redução de Provisão de Benefícios Pós-Emprego, além da variação negativa em Outras Despesas.

Outras Despesas Operacionais



RESULTADO FINANCEIRO:

	3T18	2T18	3T17	Δ Trim.	Δ Ano	9M18	9M17	Δ Ano
Juros/Variações Monetárias sobre Ativos	8.932	4.473	11.804	99,7%	-24,3%	16.928	15.853	6,8%
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	17.463	10.909	25.629	60,1%	-31,9%	28.372	34.222	-17,1%
Acréscimos Moratário sem Conta de Energia	5.755	5.837	8.650	-1,4%	-33,5%	20.034	26.757	-25,1%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.019	1.039	1.129	190,6%	167,4%	5.105	5.874	-13,1%
Multas e Penalidades Aplicadas	644	101	355	537,6%	81,4%	894	2.540	-64,8%
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(265)	132	596	-300,8%	-144,5%	19	977	-98,1%
Outras Receitas Financeiras	851	205	(277)	315,1%	-407,2%	1.087	145	649,7%
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(847)	(530)	(974)	59,8%	-13,0%	(1.954)	(2.603)	-24,9%
Receitas Financeiras	35.552	22.166	46.912	60,4%	-24,2%	70.485	83.765	-15,9%
Juros/Variações Monetárias sobre Passivos	(7.378)	(4.415)	(2.987)	67,1%	147,0%	(15.331)	(29.434)	-47,9%
Encargos de Dívidas	(12.201)	(13.132)	(12.331)	-7,1%	-1,1%	(37.329)	(44.306)	-15,7%
Atualização de Benefício Pós-emprego			(12)		-100,0%		(166)	
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios	(33.739)	(15.297)	(17.430)	120,6%	93,6%	(49.537)	(31.746)	56,0%
Recuperação de Despesas			69.977				69.976	-100,0%
Outras Despesas Financeiras	(11.754)	(5.771)	(4.911)	103,7%	139,3%	(26.189)	(11.260)	132,6%
Despesas Financeiras	(65.072)	(38.615)	32.306	68,5%	-301,4%	(128.386)	(46.936)	173,5%
Variação Cambial Líquida	(7.387)	(13.501)	(2.631)	-45,3%	180,8%	(22.479)	982	-2389,1%
Resultado Financeiro	(36.907)	(29.950)	76.587	23,2%	-148,2%	(80.380)	37.811	-312,6%

O Resultado Financeiro, nos 9M18, foi de negativo em R\$ 80.380, um decréscimo de R\$ 118.191 em comparação ao registrado nos 9M17, justificada, sobretudo, pela recuperação de despesas decorrente da reversão da atualização monetária do passivo Baixa Renda ocorrida naquele ano e da redução da atualização monetária sobre ativos e passivos regulatórios.

As seguir são detalhadas as principais variações do Resultado Financeiro no 3T18:

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO - 3º TRIMESTRE DE 2018**Comentário do Desempenho**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**RECEITAS FINANCEIRAS:**

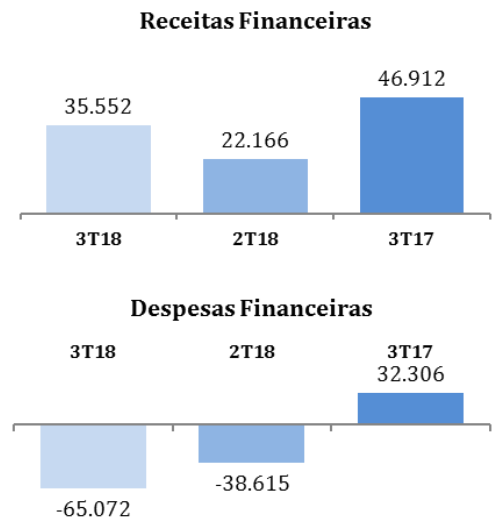
As Receitas Financeiras reduziram 15,9% nos 9M18, em relação ao mesmo período do ano imediatamente anterior. As receitas de Atualização Monetária sobre Ativos Regulatórios e de Acréscimos Moratórios em Conta de Energia representaram as rubricas com as variações mais significativas em relação ao 9M17, com redução apurada em R\$ 12.573.

DESPESAS FINANCEIRAS:

Com relação às Despesas Financeiras, observou-se nos 9M18 acréscimo de 173,5% em relação aos 9M17, em função, principalmente, das despesas relativas a atualização monetária sobre passivos regulatórios e recuperação de despesas

EBITDA:

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Este indicador não deve ser considerado como alternativa ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional.



	3T18	2T18	3T17	Δ Trim.	Δ Ano	9M18	9M17	Δ Acum.
Lucro Líquido/(Prejuízo) Consolidado do Período	(38.815)	13.635	112.205	-384,7%	-134,6%	(14.392)	184.842	-107,8%
(+)Imposto de Renda e Contribuição Social	(17.861)	16.494	69.115	-208,3%	-125,8%	13.657	77.627	-82,4%
(+)Resultado Financeiro	36.910	29.949	(76.587)	23,2%	-148,2%	80383	(37.812)	-312,6%
(+)Depreciação/Amortização	14.205	14.310	13.956	-0,7%	1,8%	42.424	39.780	6,6%
EBITDA	(5.561)	74.388	118.689	-107,5%	-104,7%	122.072	264.437	-53,8%
(+/-)Ganho na Venda de Bens			384		-100,0%		610	-100,0%
EBITDA Ajustado	(5.561)	74.388	119.073	-223,5%	-177,1%	122.072	265.047	-126,9%
Margem EBITDA %	-12,4%	11,4%	15,3%	-208,8%	-181,0%	-3,6%	14,1%	-125,5%

No 9M18, o EBITDA apurado foi equivalente a R\$ 122.072 (R\$ 265.047 positivo no 9M17), representando uma variação negativa R\$ 142.975 na comparação com o acumulado do ano de 2017

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO - 3º TRIMESTRE DE 2018**Comentário do Desempenho**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO:**

O Resultado Consolidado no 3T18 foi prejuízo líquido de R\$ 38.815, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de prejuízo de R\$ 42.067 (R\$ 6.326 de lucro no 2T18 e R\$ 107.308 no 3T17), representando uma variação negativa de R\$ 52.450 em relação ao trimestre anterior. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um lucro de R\$ 3.252 (R\$ 7.309 no 2T18 e R\$ 4.897 no 3T17). No acumulado do ano (9M18, o Resultado Consolidado foi prejuízo de R\$ 14.393 (lucro de R\$ 184.842 nos 9M17).

	3T18	2T18	3T17	Δ Trim.	Δ Ano	9M18	9M17	Δ Acum.
Lucro Líquido (Prejuízo) Consolidado do Período	(38.815)	13.635	112.205	-384,7%	-134,6%	(14.393)	184.842	-107,8%
Margem Líquida	-5,3%	2,10%	14,5%	-352,4%	-136,6%	-0,7%	9,8%	-107,1%
Atribuível aos Controladores	(42.067)	6.326	107.308	-765,0%	-139,2%	(30.323)	165.994	-118,3%
Lucro (Prejuízo) por Ação	(2,6924)	0,9458	7,7832	-384,7%	-134,6%	(0,9984)	12,8217	-107,8%

ENDIVIDAMENTO:

A Dívida Total apresentou um acréscimo de R\$ 177.211 (56,0%) em relação a setembro de 2017. O incremento no exercício de 2018 está relacionado com as captações realizadas no período equivalente a R\$ 336.136.

	30/09/2018	31/09/2017	Δ Acum.
Curto Prazo	172.091	92.801	85,4%
Longo Prazo	321.772	223.851	43,7%
Dívida Total	493.863	316.652	56,0%
(-)Caixa Disponível	(125.179)	(84.177)	48,7%
(=) Dívida Líquida	368.684	232.475	58,6%

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	84.836	172.301	140.463	96.263	493.863

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2017	381.780	126.628	508.408
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Obtidos	115.001		115.001
Encargos Incorridos no Período	24.330	10.980	35.310
Custo de Transação	-3.789	(402)	(4.191)
Encargos Financeiros Pagos	(26.763)	(8.646)	(35.409)
Amortizações do Principal	(76.112)	(49.428)	(125.540)
Variação Monetária	539	(255)	284
Saldo em 30 de setembro de 2018	414.986	78.877	493.863
Passivo Circulante	124.446	47.645	172.091
Passivo Não Circulante	290.540	31.232	321.772



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, Brasília, Distrito Federal, possui registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo. No período findo em 30 de setembro de 2018 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2017. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2018, bem como aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2018.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 14 de novembro de 2018, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais findo em 31 de dezembro de 2017 e as Informações Contábeis Intermediárias, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
30/09/2018	31/12/2017	
1	1	CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS
2	2	BASE DE PREPARAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
	3	REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3	4	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO
4	5	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
5	6	CONTAS A RECEBER
6	7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS
7	8	VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS
	9	DEMAIS CRÉDITOS
	10	DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS
8	11	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL
	12	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
	13	ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA
9	14	INVESTIMENTOS
10	15	IMOBILIZADO
11	16	INTANGÍVEL
12	17	FORNECEDORES
13	18	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
14	19	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
15	20	ENCARGOS REGULATÓRIOS
16	21	DEBÊNTURES
17	22	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
18	23	OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS
19	24	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
20	25	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO
21	26	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS
	27	DEMAIS OBRIGAÇÕES
22	28	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO
23	29	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
24	30	DESDOBRAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO
25	31	LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO
26	32	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
	33	SEGUROS
27	34	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
28	35	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

2.3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

Investidas	Atividade	30/09/2018	31/12/2017
Participações Diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasileira de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada Em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (a)	Geração	47,57%	47,57%
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

(a) A participação do Grupo no capital social da Corumbá Concessões S.A. é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A..

2.3.1.1. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. (“Distribuidora” ou “CEB D”)

Apresenta-se a seguir os fatos julgados relevantes relativos à Distribuidora:

(i) INFORMAÇÕES SOBRE ASPECTOS RELACIONADOS AO PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em 9 de Dezembro de 2015 foi celebrado, com o Ministério de Minas e Energia (MME), o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999-ANEEL, prorrogando a concessão dos serviços de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 7 de julho de 2045.

A prorrogação da concessão reflete a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração dirigidas à CEB Distribuição S.A., que privilegiam a busca da eficiência operacional e financeira, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, bem como a eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

Em sintonia com esse contexto, o Conselho de Administração da CEB aprovou o Plano de Negócios Para o Período de 2018 a 2022, na 564ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de dezembro de 2017.

Os objetivos principais do Plano podem ser resumidos nos enfrentamentos de dois problemas estruturais da CEB Distribuição S.A., principal empresa do Grupo CEB: os ainda elevados custos e despesas operacionais, quando confrontados com aqueles cobertos pelos processos tarifários; e o alto endividamento.

Assim sendo, as principais estratégias do Plano estão centradas nos seguintes pilares:

- Alienações de participações em negócios de geração de energia e de distribuição de gás, já autorizadas pela Câmara Legislativa, por meio da Lei nº 5.577/2015;
- Vendas de imóveis inservíveis para as concessões; e



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Continuidade das ações de redução das despesas com Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO.

No médio prazo, o Plano de Negócios oferece aos acionistas os seguintes resultados na CEB Distribuição S.A.:

- Atendimento da curva de redução dos custos operacionais (PMSO) planejada, que resultará em um patamar inferior ao PMSO regulatório nos próximos exercícios;
- Redução do endividamento para patamar adequado à dimensão do negócio;
- Estrutura Patrimonial no horizonte de planejamento compatível com o nível praticado pelo mercado;
- Programa de Investimentos racionalizado, levando em conta a continuidade dos bons resultados alcançados na qualidade do fornecimento de energia; a formação da base de remuneração, considerando a data da próxima revisão tarifária, que ocorrerá em 2021; e o ponderado uso do caixa, evitando-se pressões desnecessárias; e
- Metas Regulatórias da qualidade do fornecimento e sustentabilidade econômico-financeiras rigorosamente cumpridas.

(ii) REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA – RTE – 2018

Conforme o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, é permitido a Companhia pleitear, perante a Aneel, processo tarifário extraordinário, cuja finalidade é buscar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

A escalada do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD – a partir do 2º Semestre de 2017 resultou, para a Companhia, em exposição financeira no Mercado de Curto Prazo e no aumento expressivo das despesas do Risco Hidrológico dos contratos de Cotas de Garantia Física, Itaipu e CCEARs de Usinas Repactuadas, em função do descasamento acentuado entre a cobertura tarifária e os custos incorridos pós RTA 2017, alavancando o saldo ativo de CVA de Energia.

A combinação desses fatores motivou o pleito da RTE, apreciado e aprovado pela Diretoria da ANEEL na 21ª Reunião Pública Ordinária ocorrida em 19 de junho de 2018, na qual autorizou a aplicação das novas tarifas para o período de 22 de junho de 2018 a 21 de outubro de 2018 nos termos da Resolução Homologatória nº 2.406/2018. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores nas tarifas é de 8,81%, sendo 8,88% para os consumidores de Alta Tensão e 8,78% para os de Baixa Tensão.

(iii) REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL – RTA – 2018

Em reunião pública ordinária de diretoria, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – homologou o Reajuste Tarifário Anual da CEB Distribuição S.A. a ser aplicado a partir de 22 de outubro de 2018. As tarifas atualmente praticadas tiveram efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 6,50%, sendo 6,15% para as unidades consumidoras atendidas em baixa tensão e 7,31% para aquelas unidades atendidas em alta tensão.

A ANEEL atualiza os custos regulatórios que são passíveis de gestão pela distribuidora (Parcela B) e os custos não gerenciáveis (Parcela A: encargos, energia e transporte) e, além disso, determina os itens financeiros por meio do processo de reajuste tarifário.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No processo tarifário em questão, os itens mais representativos foram os encargos setoriais, especificamente a conta CDE com impacto médio de 3,52%. Adicionalmente, os custos com energia que são influenciados pelo cenário de hidrologia adversa e são atualizados com base na variação do índice de preços realizados nos últimos doze meses e para os próximos doze meses seguintes cujo reflexo representou 7,24%. Cabe ressaltar a forte influência da variação cambial do dólar em razão da energia comprada de Itaipu com impacto de 2,41%, bem como pela aquisição da energia na modalidade por Quantidade e dos contratos de usinas em regime de cotas com incrementos de 1,70% e 1,79%, respectivamente.

No presente processo, houve o ajuste dos itens financeiros reconhecidos pela Aneel que equivale a diferença entre os custos não gerenciáveis homologados e aqueles efetivamente praticados no ciclo tarifário anterior. Com relação aos itens financeiros, destaca-se a CVA Energia com maior impacto (16,5%), sendo o risco hidrológico de maior reflexo na conta que correspondeu a 8,35%, cujo recursos das bandeiras tarifárias e da cobertura concedida no ciclo anterior não foram suficientes para liquidarem os custos do risco hidrológico incorridos pela Companhia.

2.3.2. EQUIVALÊNCIA PATRIMÔNIAL

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobrás S.A. rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

3.1 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

	Avaliação	Hierarquia do Valor Justo	30/09/2018			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	618	618	38.194	38.194
Contas a Receber	Custo Amortizado		24.367	24.367	658.342	658.342
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				1.044.860	1.044.860
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				10.395	10.395
Valor Justo Por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo		11.787	11.787	86.986	86.986
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			145.633	145.633
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		14.095	14.095	708.215	708.215
Debêntures	Custo Amortizado				78.877	78.877
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				414.986	414.986
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		68	68	8.954	8.954
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				670.577	670.577
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				278.866	278.866
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado				4.866	4.866

	Avaliação	Hierarquia do Valor Justo	31/12/2017			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	571	571	38.722	38.722
Contas a Receber	Custo Amortizado		15.323	15.323	598.671	598.671
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				922.669	922.669
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.770	7.770
Valor Justo Por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo		6.393	6.393	53.279	53.279
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			140.856	140.856
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		8.795	8.795	403.602	403.602
Debêntures	Custo Amortizado				126.628	126.628
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				380.342	380.342
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		7.741	7.741	16.766	16.766
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				608.717	608.717
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				269.778	269.778
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado				32.563	32.563

3.1.1 FATORES DE RISCO

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2 RISCO DE CRÉDITO

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporados na Parcela "A" das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subsequentes.

A Companhia, em especial a CEB D, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 30 de setembro de 2018, as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiu o montante de R\$ 129.590 (R\$ 151.229 em 2017). Desse montante, 40,4% (61,8% em 2017) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos locais.

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negativação de débitos; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

3.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por intermédio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda de ativos não operacionais; desinvestimentos de ativos em operação; na rentabilidade futura dos investimentos em andamento; e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

3.1.4 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2019, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 7,5% e 4,75%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 28 de setembro de 2018 (mediana – Top 5 médio prazo). No caso da TLP, atribuímos a taxa de 7,28% a.a. para o segundo semestre de 2018. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções até a data de 30 de setembro de 2019. Também se espera que a taxa de 4,562443% da UMBNDES se mantenha em linha com o índice atual. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A tabela seguinte mostra a possibilidade de perda que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Exposição em 30/09/2018	Risco	Efeito	Cenários Projetados – 12 meses		
			Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
432.673	Alta do CDI		7,50%	9,38%	11,25%
		Balanço	465.123	473.236	481.349
		Resultado	(32.450)	(40.563)	(48.676)
43.631	Alta da TLP		7,28%	9,10%	10,92%
		Balanço	46.807	47.601	48.396
		Resultado	(3.176)	(3.970)	(4.765)
362	Alta do IGPM		4,75%	5,94%	7,13%
		Balanço	379	383	388
		Resultado	(17)	(21)	(26)
8.067	Alta da UMBNDES		4,56%	5,70%	6,84%
		Balanço	8.435	8.527	8.619
		Resultado	(368)	(460)	(552)
Total Balanço			435.952	443.476	451.000
Total Resultado			(30.096)	(37.620)	(45.144)

3.1.5 RISCO CAMBIAL

A Companhia, em outubro de 2018, firmou com as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), a renegociação da dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipú Binacional, referentes às faturas dos meses de março a julho de 2018, as quais totalizam US\$ 31.948 mil dólares americanos, conforme mencionado na Nota 29.2. Esses valores serão atualizados durante a realização do contrato a



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

taxa 0,5% (meio por cento), calculados pro rata die, durante os primeiros 15 (quinze) dias e de 1% (um por cento), também calculados pro rata die, a partir do 16º (décimo sexto dia) de cada mês.

O valor total desta renegociação de dívida, será amortizado em 18 (dezoito) parcelas mensais e consecutivas, com início em 30 de novembro de 2018 e com juros remuneratórios da ordem de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, a partir da assinatura do contrato.

Além do valor renegociado, a Companhia possui outros passivos que montam US\$ 16.630 mil dólares americanos que também se referem a fornecimento de energia da Usina Itaipú Binacional.

O total da dívida efetiva em dólar em 30 de setembro de 2018, representa US\$ 48.578 mil dólares americanos, equivalente, em R\$, a R\$ 194.759.

A tabela seguinte mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte, dado o impacto da variação cambial:

Exposição em 30/09/2018	Risco	Efeito	Cenários Projetados - 12 meses		
			Provável	Possível - 10%	Remoto - 25%
US\$ 48.578 / R\$ 194.759	Alta do Dólar		3,70	4,07	4,63
		Balanço	179.739	197.712	224.916
		Resultado	15.020	(2.953)	(30.157)
US\$ 48.578 / R\$ 194.759	Baixa do Dólar		3,70	3,33	2,76
		Balanço	179.739	161.765	134.075
		Resultado	15.020	32.994	60.684

* Projeção Bradesco divulgada em 28 de setembro de 2018.

3.1.6 RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

As ações da Administração referente a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A. estão descritos na Nota Explicativa 2.3.1.1 (i).

3.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Alavancagem Financeira	30/09/2018	31/12/2017
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 16 e 17)	493.863	506.970
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 4)	(125.179)	(92.001)
Dívida líquida	368.684	414.969
Total do Patrimônio Líquido	643.439	632.979
Total do Capital	1.024.886	1.047.948
Índice de Alavancagem Financeira - %	36,43	39,60

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos Conta Movimento	618	571	38.194	38.722
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	11.787	6.393	86.985	53.279
Total	12.405	6.964	125.179	92.001

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados com o Banco de Brasília – BRB, com possibilidade de resgate a qualquer tempo. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa, sujeitas a um risco baixo e sem restrição de uso. A remuneração destas Aplicações Financeiras é de 95% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. CONTAS A RECEBER

5.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			676.009	621.985
Títulos de Créditos a Receber			66.791	66.301
Serviços Prestados a Terceiros	28.290	25.229	45.132	37.650
Total a Receber Bruto	28.290	25.229	787.932	725.936
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.923)	(9.906)	(129.590)	(127.265)
Total a Receber Líquido	24.367	15.323	658.342	598.671
Circulante	24.367	15.323	608.128	555.376
Não Circulante			50.214	43.295

5.2 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	30/09/2018	31/12/2017
Classes de Consumidor						
Residencial	92.095	109.677	32.379	9.486	243.637	196.857
Industrial	4.441	3.451	175	1.384	9.451	9.883
Comércio, Serviços e Outros	68.325	37.304	9.674	17.813	133.116	114.938
Rural	4.973	4.563	1.154	666	11.356	8.109
Poder Público	33.966	6.376	5.727	27.664	73.733	64.554
Iluminação Pública	16.052	16.769		24.483	57.304	39.034
Serviço Público	15.687				15.687	10.992
Subtotal Consumidores	235.539	178.140	49.109	81.496	544.284	444.367
Serviço Taxado	1.288				1.288	1.347
Concessionárias e Permissionárias	635				635	1.574
Serviços prestado a terceiros (Incluso Serviços de IP)	30.502	7.304	1.703	5.626	45.135	37.650
Contribuição do consumidor	4.421				4.421	3.158
Fornecimento Não Faturado	149.814				149.814	143.230
Parcelamentos a Faturar CP e LP	40.610				40.610	43.823
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE	19.408				19.408	55.456
Arrecadação a Classificar	(30.112)				(30.112)	(21.261)
Outros	12.449				12.449	16.592
Total	464.554	185.444	50.812	87.122	787.932	725.936
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa					(129.590)	(127.265)
Total a Receber Líquido					658.342	598.671

5.3 ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões, conforme critério de constituição determinado pela Administração da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Poder Público – Vencidos há mais de 360 dias	(3.923)	(9.906)	(30.111)	(40.984)
Iluminação Pública – Vencidos há mais de 360 dias			(24.640)	(24.640)
Residencial – Vencidos há mais de 90 dias			(44.678)	(38.855)
Comercial – Vencidos há mais de 180 dias			(28.922)	(21.552)
Serviço Público – Vencidos há mais de 360 dias			(8)	(7)
Industrial – Vencidos há mais de 360 dias			(1.231)	(959)
Rural – Vencidos há mais de 360 dias				(268)
Total	(3.923)	(9.906)	(129.590)	(127.265)

A Lei nº 5.434/2014 autorizou o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas de obras do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

O § 1º do art. 3º da referida Lei reservou os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Entretanto, o Governo do Distrito Federal optou por realizar a maior parte dos pagamentos dos débitos em espécie no âmbito administrativo e por intermédio de acordo judicial.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(9.906)	(127.265)



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Adições	(74)	(123.589)
Baixa Para Perda – Lei 9.430/96		(77.897)
Reversões	6.057	199.161
Saldo em 30 de setembro de 2018	(3.923)	(129.590)

5.4 CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em 30 de setembro de 2018, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 52.397, dos quais, R\$ 48.474 no âmbito da CEB D referentes a consumo de energia, e R\$ 3.923 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 97.033, em 30 de setembro de 2018 (R\$ 71.631 em 2017), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Saldos Vincendos	13.660	2.126	57.455	36.676
Vencidos até 90 dias	7.304	13.074	28.156	25.526
Vencidos de 91 a 360 dias	3.403	123	11.422	9.429
Vencidos há mais de 360 dias	3.923	9.906	52.397	63.075
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.923)	(9.906)	(52.397)	(63.075)
Total	24.367	15.323	97.033	71.631

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	21.561	22.425	48.581	45.018
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	8.413	7.821	23.536	17.440
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.484		2.704	13
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (b)			9.113	10.414
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	404		771	324
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	641	780	2.760	2.825
Programa de Integração Social – PIS	474	387	648	458
Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira – CPMF	544	544	544	544
Outros	57	29	57	29
Total	34.578	31.986	88.714	77.065
Circulante	6.134	1.758	51.852	40.813
Não Circulante	28.444	30.228	36.862	36.252

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período; aos saldos negativos de exercícios anteriores; e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual, bem como dos créditos provenientes de tributos diferidos e de ações judiciais.

(b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

6.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS E NÃO RECONHECIDOS

6.1.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R\$ 27.792, conforme demonstrado abaixo:

CONTROLE DE PREJUÍZO FISCAL ACUMULADO A COMPENSAR			
Baixa Por Aproveitamento	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	84.213	C	28.632
CONTROLE DOS CUSTOS A FATURAR			
Custo a Faturar	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	3.172	C	1.078
CONTROLE DO NÃO FATURADO			
Não Faturado	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	5.644	D	(1.918)
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 30/09/2018			27.792
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/12/2017			26.699

Na perspectiva da Administração, norteadas pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, prevê que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser realizados em 2018, conforme descrito nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

6.1.2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não registrados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Diferenças Temporárias	1.367	10.000	109.561	91.935
Prejuízo Fiscal e Base Negativa			188.248	165.684
Total	1.367	10.000	297.809	257.619

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As suas controladas não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, por não atenderem os critérios exigidos na referida instrução.

7. VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 30/09/2018	Circulante	Não Circulante
------------------------------	---------------------	--------------	-------------	-------------	---------------	---------------------	------------	----------------



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 30/09/2018	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	599.276	(36.111)	(101.292)	(5.817)	14.827	470.883	470.883	
Aquisição de Energia – (CVAenergia)	574.748	(60.688)	(92.648)	(6.922)		414.490	414.490	
Energia Adquirida – Proinfa	539	252	(473)	9		327	327	
Transporte Rede Básica	15.351	8.675	(5.459)	528		19.095	19.095	
Transporte de Energia – Itaipu	8.638	2.421	(2.712)	57		8.404	8.404	
Conta Desenv Energético - CDE		13.229		511	14.827	28.567	28.567	
Demais Ativos Financeiros Setoriais	323.393	459.987	(190.420)	7.335	(26.318)	573.977	573.977	
Neutralidade da Parcela A	50.060	27.198	(33.303)	385		44.340	44.340	
Sobrecontratação de Energia	3.182	207.495	(2.787)	9.129	(26.318)	190.701	190.701	
Angra	21.803	4.111	(19.098)	(135)		6.681	6.681	
Risco Hidrológico	96.060	89.995	(84.143)	(1.526)		100.386	100.386	
Financeiros Mercado Curto Prazo	58.270		(51.041)	(926)		6.303	6.303	
Competência	93.962	110.845				204.807	204.807	
RTE 2018		19.533		413		19.946	19.946	
Outros	56	810	(48)	(5)		813	813	
Total Ativos Financeiros Setoriais	922.669	423.876	(291.712)	1.518	(11.491)	1.044.860	1.044.860	

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 30/09/2018	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	234.720	43.178	(132.495)	5.486	14.827	165.716	165.716	
Aquisição de Energia – (CVAenergia)	3.711		(3.260)	(48)		403	403	
Proinfa	3.240	(94)	(2.822)	92		416	416	
Encargos de Serviços de Sistema – ESS	153.181	65.680	(73.056)	5.064		150.869	150.869	
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	74.588	(22.408)	(53.357)	378	14.827	14.028	14.028	
Demais Passivos Financeiros Setoriais	341.140	185.986	(25.436)	29.488	(26.317)	504.861	454.581	50.280
Sobrecontratação de Energia	96.348			5.143	(26.317)	75.174	75.174	
Exposição Submercados	307		(270)	(4)		33	33	
Devoluções Tarifárias UD/ER	32.563			17.717		50.280		50.280
Baixa Renda	20.560		(18.009)	(327)		2.224	2.224	
Reversão Financeira MCP	69.175			2.044		71.219	71.219	
Risco Hidrológico	114.037	89.995		3.370		207.402	207.402	
Ressarcimento P&D		17.858				17.858	17.858	
Reversão RTE 2018		78.133		1.652		79.785	79.785	
Outros	8.150		(7.157)	(107)		886	886	
Total Passivos Financeiros Setoriais	575.860	229.164	(157.931)	34.974	(11.490)	670.577	620.297	50.280

O saldo de Devoluções Tarifárias UD/ER que está registrado no não circulante será amortizado de acordo com o regulamento do PRORET.

8. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não ocorreu diferença entre essas taxas na data-base destas demonstrações contábeis.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o período de doze meses, mostrada no quadro seguinte:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	129.189
Adições	4.193
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	7.474
Saldos em 31 de dezembro de 2017	140.856
Adições	818
Baixas	(18)
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	3.977
Saldos em 30 de setembro de 2018	145.633

9. INVESTIMENTOS

9.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Avaliados por Equivalência Patrimonial	650.284	655.818	335.171	318.375
Propriedade para Investimento			274.420	276.117
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	4.718	4.630	4.638	4.630
Outros	211	365	211	365
Total	655.213	660.813	614.440	599.487

Os valores justos dos bens registrados em Propriedade para Investimentos foram obtidos através de laudos emitidos por firmas especializadas. A Companhia entende que estes valores estão em conformidade com as expectativas de mercado.

O terreno localizado no Setor Noroeste SIA Norte PR 155/1/DF integra o rol de garantias oferecidas na 1ª e 2ª emissão de debêntures.

9.2 INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						30/09/2018	31/12/2017
CEB Distribuição S.A.	763.181	379.995	100	100	350.532.450	379.995	407.777
CEB Lajeado S.A.	112.283	280.272	59,93	59,93	82.013.911	76.741	73.097
Corumbá Concessões S.A.	171.516	193.749	45,2	9,3	256.009.911	87.724	74.266
Energética Corumbá III S.A.	121.586	166.204	37,5	25	45.594.783	62.200	62.309
CEB Participações S.A.	21.270	32.520	100	100	41.270.415	32.502	26.795
CEB Geração S.A.	7.575	11.051	100	100	7.575.212	11.050	11.445
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	5.721	864	17	51	30.600	72	129
Total						650.284	655.818

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						30/09/2018	31/12/2017
Corumbá Concessões S.A.	171.516	193.749	47,55	9,30	269.294.911	92.206	78.135
Investco S.A.	6.868	881.698	20,00	20,00	133.563.595	180.765	177.931
Energética Corumbá III S.A.	121.586	166.204	37,50	25,00	45.594.783	62.200	62.309
Total						335.171	318.375



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.2.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Investidas	30/09/2018			31/12/2017		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	3.307.297	2.927.303	1.843.144	3.068.580	2.660.803	2.656.502
Corumbá Concessões S.A.	672.639	478.890	124.158	683.631	519.360	184.305
CEB Lajeado S.A.	325.722	45.452	121.960	317.073	43.184	126.900
Energética Corumbá III S.A.	223.170	56.966	33.485	231.102	64.815	42.817
CEB Participações S.A.	35.367	2.848	15.525	29.991	3.196	16.209
CEB Geração S.A.	17.456	6.405	14.162	13.759	2.316	14.718
Companhia Brasileira de Gás S.A.	1.661	797	2.779	1.085	319	2.834

9.2.2 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora							
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	359.181	99.669	71.331	64.010	39.457	14.035	166	647.849
Resultado de Equivalência Patrimonial	48.409	25.172	3.246	5.375	8.293	6.571	(87)	96.979
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	123.570						50	123.620
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(123.383)							(123.383)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(31.743)	(312)	(7.076)	(10.955)	(9.161)		(59.247)
Redução de Capital		(20.000)			(10.000)			(30.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	407.777	73.098	74.265	62.309	26.795	11.445	129	655.818
Resultado de Equivalência Patrimonial	(88.218)	16.520	12.940	3.495	11.604	5.177	(45)	(38.527)
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	19.643						(12)	19.631
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(12.877)		(3.604)	(5.897)	(5.572)		(27.950)
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	40.793							40.793
Lançamento diretamente realizado na conta de lucros acumulados			519					519
Saldo em 30 de setembro de 2018	379.995	76.741	87.724	62.200	32.502	11.050	72	650.284

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	186.354	75.044	64.010	325.408
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(17.986)	(323)	(7.076)	(25.385)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.563	3.414	5.375	18.352
Saldo em 31 de dezembro de 2017	177.931	78.135	62.309	318.375
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.426	13.569	3.495	15.681
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(1.592)		(3.604)	(1.613)
Lançamento diretamente realizado na conta de lucros acumulados		502		
Saldo em 30 de setembro de 2018	180.765	92.206	62.200	332.443

9.3 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 204.197, dos quais, R\$ 203.483 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 714 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás S.A..

10. IMOBILIZADO

10.1 MOVIMENTAÇÃO



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora					
	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	Outros	30/09/2018
Imobilizado em Serviços	14.069	12				14.081
Terrenos	11.036					11.036
Edificações	2.464					2.464
Máquinas e Equipamentos	326	12				338
Móveis e Utensílios	243					243
Depreciação Acumulada	(933)	(106)				(1.039)
Edificações	(543)	(74)				(617)
Máquinas e Equipamentos	(168)	(21)				(189)
Móveis e Utensílios	(222)	(11)				(233)
Imobilizado Líquido	13.136	(94)				13.042

	Consolidado					
	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	Outros	30/09/2018
Imobilizado em Serviços	130.183	1.941	(46)	1.454		133.532
Terrenos	13.944	148				14.092
Reservatórios, Barragens e Adutoras	13.527	348				13.875
Edificações	21.098	954				22.052
Máquinas e Equipamentos	48.053	491	(17)	1.454		49.981
Veículos	23.983					23.983
Móveis e Utensílios	9.471		(29)			9.442
Outros	107					107
Imobilizado em Curso	43.362	9.795		(13.614)		39.543
Máquinas e Equipamentos	431	1.450		(1.451)		430
Outros	42.931	8.345		(12.163)		39.113
Depreciação Acumulada	(69.479)	(4.143)				(73.622)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(4.482)	(222)				(4.704)
Edificações	(9.552)	(413)				(9.965)
Máquinas e Equipamentos	(34.323)	(1.206)				(35.529)
Veículos	(15.781)	(1.932)				(17.713)
Móveis e Utensílios	(5.246)	(370)				(5.616)
Outros	(95)					(95)
Imobilizado Líquido	104.066	7.593	(46)	(12.160)		99.453

A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. INTANGÍVEL

11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Controladora					
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/09/2018
Intangíveis - Software	83	5				88
Intangíveis em andamento	2.621	1.867				4.488
Total	2.704	1.872				4.576
Amortização Acumulada						
Intangíveis - Software	(54)	(453)				(507)
Intangível Líquido	2.650	1.419				4.069

	Consolidado					
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/09/2018
Direito de uso da concessão						
Em serviço	1.094.238	1.867		60.151		1.156.256
Em curso	134.527	51.501		(49.806)	(64.787)	71.435
Outros Intangíveis						
Em serviço	104.804	5		866		105.675
Em curso		920		(866)		54
Direito de Exploração da Concessão	158.946					158.946
Total	1.492.515	54.293		10.345	(64.787)	1.492.366
Amortização Acumulada						
Direito de uso da concessão						
Em serviço	(379.763)	(29.794)				(409.557)
Outros Intangíveis						
Em serviço	(66.367)	(8.410)				(74.777)
Direito de Exploração da Concessão	(70.644)	(4.415)				(75.059)
Intangível Líquido	975.741	11.674		10.345	(64.787)	932.973

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro Indenizável (concessão).

O valor da baixa na coluna de outros, no consolidado, foi realizado de acordo com o descrito na nota 22.

11.2 DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

O saldo em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 podem ser assim mostrados:

	30/09/2018	31/12/2017
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(75.057)	(70.644)
Saldo Líquido	83.889	88.302

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Suprimento de Energia Elétrica			617.441	319.782
Materiais e Serviços	14.095	8.795	42.843	43.727
Encargos de Uso de Rede Elétrica			47.238	39.853
Fornecedores de Gás			692	240
Total	14.095	8.795	708.214	403.602
Circulante	14.095	8.795	669.924	403.602
Não Circulante			38.290	

12.1 PARCELAMENTO CEB LAJEADO

Em dezembro de 2016 a Companhia assinou contrato de parcelamento de dívida com a empresa CEB Lajeado S/A, em 24 parcelas, referente às faturas de energia elétrica pendentes de pagamento, atualizadas até 31 de dezembro de 2016, pelo valor de R\$ 16.356, com incidência de juros de 1% ao mês e atualização monetária pelo IGP-M.

Em 30 de setembro de 2018, o saldo devedor do parcelamento é de R\$ 2.698.

12.2 PARCELAMENTO MERCADO DE CURTO PRAZO

Em Agosto de 2018, na 1009ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de acordo com os termos dos incisos I e VIII do art. 28 da Convenção de Comercialização, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, e dos incisos II do art. 22 do Estatuto Social da CCEE, os conselheiros da CCEE decidiram acatar parcialmente a proposta de parcelamento apresentada pelo agente CEB Distribuição S.A.

De acordo com a decisão, o valor parcelado é de R\$ 196.396, ao qual deverão ser incluídos encargos moratórios e atualização monetária para contemplar o período entre a data da liquidação financeira da contabilização de maio de 2018 até a data da liquidação financeira da contabilização em que se iniciar o parcelamento; e serão amortizados em 16 (dezesesseis) parcelas, acrescidas de atualização monetária e juros.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

13.1 RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	99.389	100.849	282.633	284.514



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Outros Tributos	1.160	1.909	221.457	212.664
Total	100.549	102.758	504.090	497.178
Circulante	3.552	5.488	118.585	198.161
Não Circulante	96.997	97.270	385.505	299.017

13.1.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	73.714	71.522	208.359	209.076
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.675	26.089	74.274	75.438
Total	99.389	97.611	282.633	284.514
Circulante	2.393	341	19.358	20.589
Não Circulante	96.996	97.270	263.275	263.925

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 30 de setembro de 2018 e em 2017:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	(31.416)	169.609	(31.416)	169.609	(73.465)	352.951	(6.012)	352.951
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					(17.705)	(13.596)	(17.705)	(13.596)
Total do Resultado Tributável	(31.416)	169.609	(31.416)	169.609	(91.170)	339.355	(23.717)	339.355
Equivalência Patrimonial	38.542	(111.225)	38.542	(111.225)	34.117	(118.601)	34.117	(118.601)
Adições/Exclusões Permanentes	(3.720)	(906)	(3.720)	(906)	8.134	20.969	4.160	20.969
Adições/Exclusões Temporárias	(9.526)	(46.776)	(9.526)	(46.776)	(1.243)	(157.588)	(36.622)	(157.588)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(6.120)	10.702	(6.120)	10.702	(50.162)	84.135	(22.062)	84.135
(-)Compensação Prejuízo Fiscal		(3.209)		(3.209)		(11.745)		(11.745)
Base de Cálculo	(6.120)	7.493	(6.120)	7.493	(50.162)	72.390	(22.062)	72.390
Alíquota Aplicável	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente								
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas		(1.854)		(674)	(11.876)	(21.384)	(4.282)	(7.739)
IRPJ – Lucro Presumido					(831)	(941)	(423)	(458)
Ajustes IRPJ/CSLL do período								
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		(1.854)		(674)	(12.707)	(22.325)	(4.705)	(8.197)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	804	(799)	289	(288)	2.762	(34.636)	994	(12.469)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	804	(2.653)	289	(962)	(9.945)	(56.961)	(3.711)	(20.666)

13.1.1.1. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Empresa	Movimentação do período	IRPJ	CSLL
--	---------	-------------------------	------	------



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alíquotas			25%	9%
Controle do Não Faturado e Custos a Faturar Líquido	Controladora	3.216	804	289
Valores a Receber de Parcela "A" - CVA	CEB Distribuição S.A.	5.084	1.271	458
Valor Novo de Reposição - VNR	CEB Distribuição S.A.	(3.976)	(994)	(358)
Estimativa Mensal - MCP	CEB Lajeado S.A.	6.722	1.681	605
Total		11.046	2.762	994

(i) PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	71.321	71.522	193.572	194.050
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	25.676	25.748	69.703	69.875
Total	96.997	97.270	263.275	263.925
Não Circulante	96.997	97.270	263.275	263.925

13.1.2 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS (a)			176.510	168.006
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	844	1.489	36.461	33.316
Programa de Integração Social - PIS	183	323	7.903	7.224
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	133	96	555	705
Outros			28	3.413
Total	1.160	1.908	221.457	212.664
Circulante	1.160	1.908	99.227	177.572
Não Circulante			122.230	35.092

(a) Parcelamento ICMS

Em Julho de 2018, a Companhia assinou contrato de parcelamento da dívida tributária, relativo ao ICMS sobre faturamento dos meses de outubro e novembro de 2017, com valores principais resultantes em R\$ 53.036 e R\$ 59.084, respectivamente. Para adesão ao parcelamento tributário, foram exigidos multa de 5% no montante de R\$ 5.606 contabilizado em julho de 2018 e sinal de R\$ 5.886. O valor residual de R\$ 111.840 será dividido em 60 parcelas a serem recolhidas a partir de setembro de 2018 com atualizações mensais por juros SELIC.

14. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

- I - despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e
- II - despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 30 de setembro de 2018, o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 110.566 e apresenta a seguinte movimentação:

	FATURADO	ARRECADADO	PARCELADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22.731	17.158	81.735	121.624
Faturamento	150.060			150.060
Arrecadação	(149.021)	149.021		
Atualização			1.961	1.961
Repassse		(133.359)	(29.720)	(163.079)
Saldo em 30 de setembro de 2018	23.770	32.820	53.976	110.566
Circulante	23.770	32.820	40.719	97.309
Não Circulante			13.257	13.257

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 109.508 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês.

15. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Superavit de Baixa Renda (a)	77.602	74.036
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	134.168	116.701
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	67.116	79.041
Total	278.886	269.778
Circulante	102.542	101.030
Não Circulante	176.344	168.748

(a) SUPERAVIT DE BAIXA RENDA

A aplicação da Tarifa Social de Baixa Renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB Distribuição S.A., a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas demonstrações financeiras da Empresa.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB D. Foi decidida a compensação na tarifa do saldo remanescente do passivo em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$ 97.631, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários, sendo a primeira já no ano de 2017.

A Administração da Companhia continua questionando a obrigatoriedade desse passivo. Em 18 de março de 2018, a CEB Distribuição S.A. obteve liminar que deferiu, parcialmente, o efeito suspensivo ativo “para determinar à ANEEL que se abstenha de efetuar a cobrança relativa ao superávit de receita percebido pela CEB-DIS em decorrência dos critérios de delimitação da subclasse residencial baixa renda, referente aos períodos de maio de 2002 a outubro de 2004, julho de 2005 e agosto de 2008, bem como de abater, reverter e capturar tais valores na receita e nas tarifas da CEB-DIS”, até o julgamento do Agravo de Instrumento. Até a data de emissão da presente Demonstrações Financeiras, a Agência Reguladora ainda não havia se pronunciado.

(b) OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848, nº 11.465, nº 13.280 de 15 de março de 2004, 28 março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e ao P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005; nº 219, de 11 de abril de 2006; nº 300, de 12 de fevereiro de 2008; e nº 316, de 13 de maio de 2008, além do Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 737, de 27 de setembro de 2016, com validade a partir de sua publicação, a ANEEL aprova o Submódulo 5.6 que estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE e P&D. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT, ao MME e Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL.

A tabela seguinte detalha os valores de P&D e PEE:

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Programa de Eficiência Energética – PEE	84.423	73.227
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	47.685	41.587
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.553	1.663
Ministério de Minas e Energia – MME	507	224
Total	134.168	116.701



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no passivo, o Plano de Negócio do Período de 2018 a 2022, aprovado pela Controladora, em dezembro de 2017, prevê metas para a destinação de recursos para tal fim. Dessa forma, ao longo do mencionado horizonte de planejamento, a Distribuidora voltará a exibir valores compatíveis com a regulamentação vigente.

(c) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.353	7.840
Taxa Fiscalização do Serviço Energia Elétrica	409	712
Demais Encargos Setoriais	58.354	70.489
Total	67.116	79.041

16. DEBÊNTURES

	Consolidado					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Principal	47.714	31.232	78.946	64.630	62.774	127.404
Encargos	297		297	443		443
Custos da Emissão	(366)		(366)	(432)	(787)	(1.219)
Saldo Total	47.645	31.232	78.877	64.641	61.987	126.628

16.1 MOVIMENTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Saldo em 31 de dezembro de 2017	126.628
Encargos incorridos	10.980
Custo de transação	(402)
Encargos pagos	(8.646)
Amortização principal	(49.428)
Deságio	(255)
Saldo em 30 de setembro de 2018	78.877

16.2 VENCIMENTOS

O saldo de debêntures tem seus vencimentos assim programados:

Consolidado	2018	2019	2020	Total
CDI + 6,8%	16.890	46.024	15.963	78.877

16.3 GARANTIAS NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

As emissões de debêntures possuem como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante – Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

O Banco Credit Suisse possui cláusula de exclusividade para conduzir qualquer operação de emissão de novas debêntures a ser realizada pela Companhia durante a vigência do contrato.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado		Encargos
	30/09/2018	31/12/2017	
Eletrobrás	362	496	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)	1.250	2.013	4,5% a.a. + TLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	14.701	25.280	Juros de 10% a.a. de atualização pela TLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Caixa Econômica Federal	49.448	65.107	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal/BNDES	27.680	30.799	4,5% a.a. + TLP
Caixa Econômica Federal/BNDES	8.067	12.771	4,5% a.a. + UMBNDES
Caixa Econômica Federal/BNDES	12.920	16.705	6% a.a.
Banco BCB	3.125	6.753	6,5% a.a. + CDI CETIP
Banco BBM	80.023	80.023	4% a.a. + CDI
Banco FIBRA	60.425	60.425	4,5% a.a. + CDI
Banco SOFISA	18.333	20.077	4,5% a.a. + CDI
Banco Daycoval	61.331	61.331	4,0% a.a. + CDI
Original	17.500		5,03% a.a. + CDI
ABC	9.444		5,54% a.a. + CDI
BBM-BC	40.000		4,0% a.a. + CDI
ABC	14.166		5,03% a.a. + CDI
Custo de Transação	(3.789)	(1.438)	
Total	414.986	380.342	
Circulante	124.446	125.030	
Não Circulante	290.540	255.312	

17.1 PERSPECTIVAS DE AMORTIZAÇÕES

Empréstimos	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Eletrobrás	40	147	112	63	362
Banco do Brasil S.A. (FCO I a IV)	1.308	4.218	4.218	4.957	14.701
Banco do Brasil S.A. (FINAME)	237	1.013			1.250
Caixa Econômica Federal	5.747	22.989	20.711		49.447
Caixa Econômica Federal/BNDES	1.938	5.703	5.703	14.336	27.680
Caixa Econômica Federal/BNDES	1.813	3.127	3.127		8.067
Caixa Econômica Federal/BNDES	1.261	4.678	4.678	2.303	12.920
Banco BCB	1.568	1.557			3.125
Banco BBM	5.518	26.667	15.556	32.282	80.023
Banco FIBRA		10.070	30.213	20.142	60.425
Banco SOFISA	1.595	6.667	6.667	3.404	18.333
Banco Daycoval	913	20.384	20.384	19.650	61.331
Original	3.333	10.000	4.167		17.500
ABC	1.425	4.057	3.963		9.445
BBM-BC	40.000				40.000
ABC	1.250	5.000	5.000	2.916	14.166
Total	67.946	126.277	124.499	100.053	418.775
Custo de Transação					(3.789)
Total Líquido					414.986



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.2 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Empréstimos e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquidos
Saldo em 31 de dezembro de 2017	381.780	(1.438)	380.342
Captação	115.001		115.001
Encargos Incorridos no Período	24.330		24.330
Custo de Transação		(2.351)	(2.351)
Encargos Financeiros Pagos	(26.763)		(26.763)
Variação Monetária	539		539
Amortizações de Principal	(76.112)		(76.112)
Saldo em 30 de setembro de 2018	418.775	(3.789)	414.986

A Companhia realizou 5 (quatro) captações de recursos para cobertura de Capital de Giro em 2018, sendo duas delas junto ao BANCO ABC ao custo de CDI + 5,03% ao ano, com valores de R\$ 10.000 e 15.000 e amortizações em 26 e 36 parcelas mensais, respectivamente; outra junto ao BANCO BBM no valor de R\$ 40.000, ao custo de CDI + 4,00% ao ano, com carência de 5 meses e amortização única em novembro de 2018; e, por fim, outra captação junto ao BANCO ORIGINAL no valor de R\$ 20.000, ao custo CDI + 5,40% ao ano, com amortização em 24 parcelas mensais.

Já no terceiro trimestre de 2018, a Distribuidora realizou uma operação de captação de recursos para cobertura de necessidade de Capital de Giro e aditamento do contrato anterior no montante de R\$ 30.000 mil junto ao Banco FIBRA, totalizando R\$ 60.000 ao custo efetivo de 100% do CDI e spread de 4,5% (quatro e meio por cento) ao ano, além da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) de R\$ 1.200. A amortização do recurso se dará em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.250, com 12 (doze) meses de carência e primeiro vencimento em 20 de setembro de 2019.

17.3 COVENANTS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CEB D possuem cláusula restritiva (*covenants*) não financeira de vencimento antecipado, vinculada à manutenção do contrato de concessão. Em 30 de setembro de 2018, as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos foram cumpridas pela Companhia.

18. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Governo do Distrito Federal		2.215	5.619	2.215
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			3.267	3.405
Outros Acionistas	68	5.526	68	11.146
Total	68	7.741	8.954	16.766
Circulante	68	7.741	8.954	16.766

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Provisão de Férias	183	130	13.266	12.575



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisão de 13º Salário	116		6.158	
Encargos Sobre Provisões		44	34.634	21.702
Abono Assiduidade			3.576	4.196
Participação nos Lucros			61	10.822
Outros			1.467	1.524
Total	299	174	59.162	50.819
Circulante	299	174	59.162	50.819

20. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

20.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano de Saúde da CEB – Assistencial (extinto em 24/03/2017)	Assistência médica e outros benefícios	Benefício definido	CEB D
Plano CEB-Saúde (extinto em 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano CEB Saúde Vida (vigência a partir de 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Saúde Vida (vigência a partir de 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Família (vigência a partir de 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Adicionalmente, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. No decorrer do 1º trimestre de 2017, os planos de saúde CEB Assistencial e CEB Saúde foram substituídos pelos Planos Planos CEB Saúde Vida, FACEB Saúde Vida e FACEB Família, principalmente decorrente da extinção do Plano CEB Assistencial, ocorrida por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2.

A modalidade dos novos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com as seguintes características:

- Plano CEB Saúde Vida: Destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Plano FACEB Saúde Vida: Destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
- Plano FACEB Família: Destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares do Plano CEB Saúde Vida. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes aos planos previdenciário e de saúde; de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e sete meses; informações contábeis posicionadas em 31 de agosto de 2018; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo e no resultado, vinculados aos planos de contribuições e benefícios definidos, são os seguintes:

	30/09/2018	31/12/2017
Previdenciário		
Contribuições Para o Plano e Outras Obrigações	892	4.791
Provisão Atuarial Previdência	125.634	166.427
Total	126.526	171.218
Circulante	892	4.791
Não Circulante	125.634	166.427

20.2 PLANOS PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL (BD)

As movimentações a valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário	
Valor Presente das Obrigações Atuariais	30/09/2018	31/12/2017
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício	(1.571.007)	(1.388.134)
Custo do Serviço Corrente	(38.736)	(10.859)
Custo de Juros	(76.340)	(152.833)
Ganhos/(Perda) Atuariais	162.553	(119.796)
Benefícios Pagos Pelo Plano	47.598	100.615
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.475.932)	(1.571.007)

Análise da obrigação atuarial dos planos:

	Plano Previdenciário	
	30/09/2018	31/12/2017



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Previdenciário	
	30/09/2018	31/12/2017
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(1.475.934)	(1.571.007)
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.349.407	1.404.580
Valor Presente da Obrigação Coberta	(1.349.407)	(1.404.580)
Valor Presente da Obrigação Sem Cobertura	(126.527)	(166.427)
Status dos Planos	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano Previdenciário	
	30/09/2018	31/12/2017
Valor Justo dos Ativos dos Planos		
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	1.404.580	1.308.558
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	95.039	144.072
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Patrocinador	4.142	24.742
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	3.960	6.115
Benefícios Pagos Pelo Fundo	(75.042)	(100.614)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(83.272)	21.707
Valor Justo dos Ativos dos Planos no Final do Período	1.349.407	1.404.580

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	30/09/2018	31/12/2017
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Atuarial Sem Cobertura	126.527	166.427
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período (Saldo da Dívida com a FACEB)	105.585	250.895
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (Ativo) Reconhecido no Início do Exercício	166.427	79.576
Contribuições Aportadas no Plano	(4.142)	(24.742)
Amortização de (Ganhos)/Perdas Atuariais	(51.835)	98.090
Despesas do Exercício	16.077	13.503
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	126.527	166.427

Os quadros a seguir mostram as estatísticas dos planos de benefícios conforme dados cadastrais:

	Plano Complementar	
	30/09/2018	31/12/2017
Ativos		
Quantidade	361	399
Idade Média	51,13	50,93
Tempo Médio de Serviço (anos)	26,18	25,95
Tempo Médio Esperado de Serviço Futuro (anos)	5,40	5,63
Valor do Salário Médio (R\$)	12.539,18	12.570,83
Aposentados		
Quantidade	1.151	1.134
Idade Média	67,55	67,20
Benefício Médio (R\$)	6.522,29	6.438,25
Pensionistas		
Quantidade	363	353
Idade Média	66,03	64,95
Benefício Médio (R\$)	1.900,29	1.879,83

A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa (aproximadamente 95% da carteira).

20.3 PLANO PREVIDENCIÁRIO



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.475.934 que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.349.407 resultou em um deficit de R\$ 126.526, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB Distribuição S.A. tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 126.526, sendo R\$ 892 relativo as obrigações junto à FACEB e R\$ 125.634 referente à provisão atuarial constituída. Do valor da obrigação atuarial foi deduzido o montante de R\$ 22.054, correspondente ao valor presente das contribuições de ativos e assistidos para amortização do déficit atuarial do plano de benefícios, que constam no plano de de equacionamento que passou a vigor a partir de 1º de abril de 2018.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 31 de agosto de 2018. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.372.556) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 6.035); exigível contingencial (R\$ 5.143); e fundos (R\$ 11.972), resultando no valor justo de R\$ 1.349.407, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 30 de setembro de 2018, um deficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de maio de 2018, se deve a dois fatores principais: a) alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que provocou aumento da obrigação atuarial de R\$ 11.081, que representa 0,75% da referida obrigação atuarial em 30 de junho de 2018; e b) redução no valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 8.761, que impactou de forma negativa no resultado atuarial, contribuindo para sua elevação.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	30/09/2018	31/12/2017
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.475.934	1.571.007
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.349.407)	(1.404.580)
Resultado	126.527	166.427

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2018, calculada com base nos custos normais; no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial; nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano; e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2018
Custo do Serviço Corrente	9.443
Custo dos Juros	160.774
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(143.742)
Contribuições dos Participantes	(4.894)
Total da Despesa Estimada	21.581

20.4 PLANO DE BENEFÍCIOS CEBPREV

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A..

Conforme o balancete desse plano posicionado em 31 de agosto de 2018, as provisões matemáticas de benefícios a conceder são iguais a R\$ 46.026 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 46.026, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. As provisões estão segregadas em



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Benefícios Concedidos (R\$ 364) e Benefícios a Conceder (R\$ 45.662). Existem, ainda, fundos previdenciais no montante de R\$ 975 para dar suporte a solvência do plano de benefícios.

20.5 PLANO CEB-SAÚDE

O plano CEB-Saúde não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

20.6 PREMISSAS ATUARIAIS

Premissas Atuariais Adotadas	Plano Complementar	
	30/09/2018	31/12/2017
Financeira		
Taxa de Juros Anual Para Cálculo do Valor Presente da Obrigação	5,75%	5,04%
Expectativa de Retorno do Valor Justo dos Ativos do Plano	10,23%	9,49%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	4,24%	4,24%
Taxa Anual de Inflação futura	4,24%	4,24%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	4,24%	4,24%
Demográficas		
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Assistidos	AT-2000 masculina	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss	
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA-1927	
Tábua de Morbidez	Não Usada	
Idade de Aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição Familiar para Cálculo de Pensão e Reversão		
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem.	
Assistidos	Família informada no cadastro.	

20.7 EQUACIONAMENTOS DO PLANO COMPLEMENTAR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS DA FACEB (PLANO BD)

20.7.1 1º EQUACIONAMENTO

Os estudos atuariais referentes ao exercício de 2016, consubstanciado pelo Parecer Atuarial MERCER GAMA nº 119/2017, estabeleceu que o resultado do Equilíbrio Técnico Ajustado, deficitário no montante de R\$ 154.970, foi superior ao limite máximo de Deficit Técnico Acumulado de R\$ 121.786. A apuração foi baseada na Duração do Passivo de 12,05 anos, resultando em R\$ 33.184 de deficit a ser equacionado.

Sobre essa questão, em 27 de novembro de 2017, o Comitê de Governança das Empresas Públicas da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal – Governança-DF, por meio do Processo nº 0040.002.239/2017, manifestou-se favoravelmente à aprovação do 1º Plano de Equacionamento do Deficit mínimo apurado no Plano BD.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tal resultado motivou a contratação do Equacionamento de Deficit, celebrado entre a FACEB e a CEB D, no valor de R\$ 11.423. A amortização será pelo método "Price" em parcelas mensais e sucessivas de valor nominal equivalente a R\$ 83,6; prazo de amortização de 217 meses; juros de 5,7% a.a.; capitalização mensal; e correção monetária calculada segundo a variação do INPC-IBGE, com início obrigatório para pagamento da primeira parcela em fevereiro de 2018.

A diferença, no montante de R\$ 21.761, esta sendo suportada pelos participantes ativos; autopatrocinados; aposentados; e pensionistas, conforme determina a legislação.

20.7.2 2º EQUACIONAMENTO

No mês de fevereiro de 2018, a FACEB iniciou os procedimentos do 2º equacionamento de desequilíbrio financeiro do Plano de Benefício Definido de Previdência, correspondente ao valor mínimo de R\$ 25.600, que será suprido por meio de contribuições extraordinárias a serem pagas pelas patrocinadoras; participantes ativos; autopatrocinados; aposentados; e pensionistas, conforme determina a legislação. Os pagamentos ocorrerão a partir do mês de fevereiro de 2019. Os procedimentos estão respaldados pelo Parecer Atuarial MERCER GAMA nº 34/18, e de acordo com a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 e suas alterações.

21. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

21.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Regulatórias			64.977	69.539
Trabalhistas			11.779	5.220
Fiscais	1	1	1	1
Cíveis	95	95	4.157	4.419
Total	96	96	80.914	79.179
Circulante			6.219	4.013
Não Circulante	96	96	74.695	75.166

21.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora		
	Cível	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016		10.827	10.827
Constituições de Provisão	95	46	141
Reversão de Provisão		(10.872)	(10.872)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	95	1	96
Saldo em 30 de setembro de 2018	95	1	96



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.276	3.450	10.827	53.864	72.417
Constituições de Provisão	1.982	2.694	46	11.819	16.541
Baixa/Reversão de Provisão	(1.517)	(2.014)	(10.872)	(1.401)	(15.804)
Atualização Monetária	479	289		5.257	6.025
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.220	4.419	1	69.539	79.179
Constituições de Provisão	6.012	1.300		2.127	9.439
Baixa / Reversão de Provisão	(200)	(2.053)		(8.741)	(10.994)
Atualização Monetária	746	490		2.054	3.290
Saldo em 30 de setembro de 2018	11.778	4.156	1	64.979	80.914
Circulante					6.219
Não Circulante					74.695

(i) DEMANDAS TRABALHISTAS

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) DEMANDAS CÍVEIS

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) DEMANDAS REGULATÓRIAS

As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

21.3 PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de setembro de 2018, está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Fiscais	126.564	150.898	126.564	155.923
Cíveis	13	1	2.413	2.240



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Trabalhistas			1.276	1.425
Total	126.577	150.899	130.253	159.588

21.4 ATIVO CONTINGENTE – RISCO PROVÁVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza cíveis e fiscais envolvendo riscos de ganho classificados pela Administração como prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos, em 30 de setembro de 2018, estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Fiscais	200	200	200	200
Cíveis	1.233	1.235	25.113	13.137
Total	1.433	1.435	25.313	13.337

22. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Uso do Bem Público	507	507
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados (a)	4.359	64.913
Total	4.866	65.420
Não Circulante	4.866	65.420

(a) Valores recebidos antes do início do empreendimento e não aplicados.

A variação na conta de Participação Financeira do Consumidor se refere a transferência de saldo para o intangível quando da conclusão das obrigações.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025. As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	30/09/2018	31/12/2017
Ações Ordinárias	7.184.187	7.184.178
Ações Preferenciais	7.232.196	7.232.205
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.194	5.919.203
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	643.439	632.979
Total	643.439	632.979
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação – Em (R\$)	44,63	43,91



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

	30/09/2018	31/12/2017
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	188.289	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	19.892	19.929
Perdas Atuarial – Plano de Previdência	(125.634)	(166.427)
Total	82.547	42.319

23.2.1 CUSTO ATRIBUÍDO (*DEEMED COST*)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Já no terceiro trimestre de 2018 ocorreu a venda de terreno e a reserva correspondente foi realizada em R\$ 528.

As movimentações do custo atribuído decorrentes da adoção em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186
Alienação de Terreno – Exercício de 2009	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 – Líquido do Efeito Fiscal	188.817
Alienação de Terreno – Exercício de 2018	(528)
Saldo em 30 de setembro de 2018 – Líquido do Efeito Fiscal	188.289

23.2.2 PERDAS ATUARIAIS – PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

Todos os eventos tratados nestas contas estão descritas na Nota Explicativa nº 21.

23.3 RESERVA DE LUCROS

23.3.1 RESERVA LEGAL

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% o Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos.

23.3.2 RESERVA PARA EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS SOCIAIS



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Reserva para Expansão dos Negócios Sociais foi constituída a partir de decisão em AGO, em abril de 2018, a qual aprovou a destinação de parcela do Lucro Líquido não distribuído para essa reserva, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

23.4 RESULTADO DO PERÍODO

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apurou um prejuízo de R\$ 30.323 (lucro de R\$ 165.994 em 30 de setembro de 2017).

24. CONTAS DO RESULTADO

24.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Fornecimento de Energia Elétrica (c)			982.840	785.351
Energia de Curto Prazo			59.322	59.073
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(15.146)	209.906
Receita de Construção			17.552	33.451
Aporte de Recursos da CDE (a)			48.720	11.444
Receita de Prestação de Serviços	28.520	18.070	28.947	18.672
Suprimento de Energia			8.756	8.765
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			7.826	1.761
Arrendamento e Aluguéis			7.944	12.230
Receita de Venda de Gás			1.384	894
Outras Receitas			637	867
Receita Operacional Bruta	28.520	18.070	1.148.782	1.142.414
Impostos	(572)	(356)	(191.467)	(160.624)
Contribuições	(2.637)	(1.651)	(89.091)	(110.113)
Encargos do Consumidor (b)			(129.794)	(97.284)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.209)	(2.007)	(410.352)	(368.021)
Receita Operacional Líquida	25.311	16.063	738.430	774.393

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Fornecimento de Energia Elétrica (c)			2.603.378	2.442.902
Energia de Curto Prazo			102.718	224.768
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			74.875	93.405
Receita de Construção			63.916	54.782
Aporte de Recursos da CDE (a)			76.124	35.200
Receita de Prestação de Serviços	50.142	34.204	51.706	35.426
Suprimento de Energia			26.502	25.810
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			23.854	16.891
Arrendamento e Aluguéis			25.448	23.189
Receita de Venda de Gás			3.595	2.762
Outras Receitas			1.481	2.331
Receita Operacional Bruta	50.142	34.204	3.053.597	2.957.466
Impostos	(1.004)	(684)	(520.318)	(493.847)
Contribuições	(4.637)	(3.166)	(233.003)	(280.900)
Encargos do Consumidor (b)			(343.370)	(301.740)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(5.641)	(3.850)	(1.096.691)	(1.076.487)
Receita Operacional Líquida	44.501	30.354	1.956.906	1.880.979



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(505.703)	(394.540)	(1.087.632)	(946.549)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	(39.849)	(82.108)	(96.563)	(174.909)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(44.259)	(75.613)	(235.639)	(144.294)
Amortização do Risco Hidrológico	(555)	(553)	(1.662)	(1.660)
Total	(590.366)	(552.814)	(1.421.496)	(1.267.412)

24.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Pessoal e Administradores	(3.353)	(2.994)	(52.319)	(60.145)
Serviço de Terceiros	(15.793)	(6.728)	(48.621)	(37.114)
Custo de Construção - Concessão (a)			(17.552)	(33.451)
Depreciação e Amortização	(258)	(47)	(14.205)	(13.956)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	45	18.494	(42.892)	(7.688)
Arrendamento			(6.906)	(8.505)
Material	(4.008)	(62)	(4.410)	(497)
Outras Despesas	(61)	(117)	17.039	10.223
Total	(23.428)	8.546	(169.866)	(151.133)
Classificados como:				
Custo da Operação			(70.583)	(85.214)
Custo dos Serviços Prestados	(19.754)	(5.433)	(21.353)	(7.484)
Despesas com Vendas	45	18.494	(35.421)	(12.270)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.719)	(4.515)	(42.509)	(46.165)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Pessoal e Administradores	(10.196)	(9.118)	(152.230)	(179.258)
Serviço de Terceiros	(33.266)	(18.782)	(131.702)	(123.705)
Custo de Construção - Concessão (a)			(63.916)	(54.782)
Depreciação e Amortização	(559)	(163)	(42.424)	(39.780)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	5.983	39.866	(80.224)	(34.714)
Arrendamento			(20.717)	(25.515)
Material	(4.848)	(212)	(6.029)	(2.054)
Outras Despesas	(231)	(729)	7.869	629
Total	(43.117)	10.862	(489.373)	(459.179)
Classificados como:				
Custo da Operação			(223.537)	(222.740)
Custo dos Serviços Prestados	(35.965)	(15.881)	(41.129)	(21.638)
Despesas com Vendas	5.983	39.866	(94.857)	(65.123)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.135)	(13.123)	(129.850)	(149.678)

24.4 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Períodos de três meses findos em:
--	-----------------------------------



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			2.828	6.538
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			16.778	19.231
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros				
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	2.539	6.956	440	8.888
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			2.151	1.411
Tributos Sobre Outras Receitas			2.533	2.620
Ganho (Perdas) na Baixa de Bens				(384)
Outras Receitas	1.680	(395)	4.481	275
Subtotal	4.219	6.561	29.211	38.579
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(2.787)	(5.350)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			(4.274)	(4.541)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(481)	(372)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(497)	(186)
Multas ANEEL				(1.529)
Outras Despesas			(24.973)	1.899
Subtotal			(33.012)	(10.079)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	4.219	6.561	(3.801)	28.500

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			11.241	55.358
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas		4	43.503	39.542
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			(8.943)	(9.371)
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	2.539	6.956	9.754	11.273
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			4.644	3.381
Tributos Sobre Outras Receitas			1.842	(225)
Ganho (Perdas) na Baixa de Bens				(610)
Outras Receitas	1.680	(51)	4.908	634
Subtotal	4.219	6.909	66.949	99.982
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(11.569)	(26.589)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios		(1)	(9.777)	(9.541)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(5.923)	(3.664)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(2.628)	(2.471)
Multas ANEEL				(507)
Outras Despesas		(45)	(24.977)	(110)
Subtotal		(46)	(54.874)	(42.882)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	4.219	6.863	12.075	57.100

24.5 RESULTADO FINANCEIRO

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	482	9.087	8.932	11.804
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			17.463	25.629
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			5.755	8.650
Rendimentos de Aplicações Financeiras	182	92	3.019	1.129
Multas e Penalidades Aplicadas			644	355
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(265)	595	(265)	596
Outras Receitas Financeiras	73	(310)	851	(277)
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(34)	(412)	(848)	(974)
Subtotal	438	9.052	35.551	46.912
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(2)	2	(7.378)	(2.987)
Encargos de Dívidas			(12.201)	(12.331)
Atualização de Benefício Pós-emprego				(12)
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(33.739)	(17.430)
Recuperação de despesas				69.977
Outras Despesas Financeiras	(26)	(32)	(11.755)	(4.912)
Subtotal	(28)	(30)	(65.073)	32.305
Variação Cambial Líquida			(7.388)	(2.631)
Resultado Financeiro	410	9.022	(36.910)	76.586

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	1.301	9.670	16.928	15.853
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			28.372	34.222
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			20.034	26.757
Rendimentos de Aplicações Financeiras	419	370	5.105	5.874
Multas e Penalidades Aplicadas			894	2.540
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		860	19	977
Outras Receitas Financeiras	73	19	1.087	145
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(83)	(468)	(1.955)	(2.603)
Subtotal	1.710	10.451	70.484	83.765
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(44)	(18)	(15.331)	(29.434)
Encargos de Dívidas			(37.329)	(44.306)
Atualização de Benefício Pós-Emprego				(166)
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(49.537)	(31.746)
Recuperação de despesas				69.976
Outras Despesas Financeiras	(142)	(128)	(26.190)	(11.260)
Subtotal	(186)	(146)	(128.387)	(46.936)
Variação Cambial Líquida			(22.480)	982
Resultado Financeiro	1.524	10.305	(80.383)	37.811

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.

25.1 BÁSICO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

25.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia	(42.067)	107.308	(30.323)	165.994
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	(19.962)	50.920	(14.389)	78.769
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	(22.105)	56.386	(15.934)	87.225
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	7.184	7.184	7.184
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7.232	7.232	7.232	7.232
Lucro / (Prejuízo) por Ação – R\$:				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	(2,7787)	7,0880	(2,0030)	10,9645
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	(3,0566)	7,7967	(2,2033)	12,0610

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

26.1 CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

26.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Remuneração	1.696	1.126	5.710	4.412
Demais Benefícios de Curto Prazo	578	350	1.110	1.095
Total	2.274	1.476	6.820	5.507

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

26.3.1 OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SUAS CONTROLADAS

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Controladora	
	30/09/2018	31/12/2017
Ativo	37.743	36.011
Contas a Receber, Líquido da PECLD	24.367	15.323
Governo do Distrito Federal	24.367	15.323
Demais Ativos	13.376	20.688
Dividendos/JSCP	308	8.794
CEB Lajeado S.A.		7.130
Corumbá Concessões S.A.	308	308
Energética Corumbá III S.A.		1.356
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)	13.068	11.894
Corumbá Concessões S.A.	13.068	11.894
Passivo	62	3.078
Dividendos		2.215
Governo do Distrito Federal		2.215
Demais Obrigações	62	863
CEB Distribuição S.A.	62	863

	Controladora	
	30/09/2018	30/09/2017
Receitas	45.742	34.623
Receita de Prestação de Serviços	44.500	34.204
Governo do Distrito Federal (a)	44.500	34.204
Encargos de Mútuo	1.242	419
Corumbá Concessões S.A.	1.242	274
CEB Distribuição S.A.		145
Despesas	3.923	39.867
(Provisão) / Reversão de Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	3.923	39.867
Governo do Distrito Federal	3.923	39.867

(a) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF. Em 2017, a margem líquida média por contrato foi de 9,33%;



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.3.2 OPERAÇÕES DO GRUPO E SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E COLIGADAS

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Ativo	117.243	95.005
Contas a Receber, Líquida da PECLD	97.684	73.761
Corumbá Concessões S.A.	369	1.814
Energética Corumbá III S.A.	90	88
Governo do Distrito Federal	97.225	71.859
Demais Ativos	19.559	21.244
Dividendos/JSCP	6.491	7.715
Corumbá Concessões S.A.	308	308
Energética Corumbá III S.A.		1.356
Investco S.A.	6.183	6.051
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)	13.068	13.529
Corumbá Concessões S.A.	13.068	13.529
Passivo	148.490	151.430
Fornecedores	35.413	24.491
Corumbá Concessões S.A.	28.635	19.208
Energética Corumbá III S.A.	6.778	5.283
Contribuição de Iluminação Pública	110.541	121.600
Governo do Distrito Federal	110.541	121.600
Dividendos		2.215
Governo do Distrito Federal		2.215
Arrendamento a Pagar	2.536	3.124
Investco S.A.	2.536	3.124

	Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017
Receitas	339.627	260.965
Receita de Comercialização de Energia	4.111	3.367
Corumbá Concessões S.A.	3.304	2.675
Energética Corumbá III S.A.	807	692
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica	334.274	257.598
Governo do Distrito Federal	334.274	257.598
Encargos de Mútuo	1.242	
Corumbá Concessões S.A.	1.242	
Despesas	(208.284)	(119.625)
Energia Comprada para Revenda	(159.810)	(159.492)
Corumbá Concessões S.A.	(128.088)	(129.865)
Energética Corumbá III S.A.	(31.722)	(29.627)
(Estimativa)/Reversão de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(48.474)	39.867
Governo do Distrito Federal	(48.474)	39.867



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(31.416)	169.609	(736)	262.469
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	559	163	42.424	39.780
Resultado de Equivalência Patrimonial	38.543	(111.225)	(21.535)	(13.170)
Receita de Construção			(63.916)	(54.782)
Custo de Construção - Concessão			63.916	54.782
Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa		(39.867)	80.224	34.714
Encargos da Dívida	(5.983)	(775)	37.329	42.494
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(1.826)	(3.381)
Atualização Monetária - Contingências				126
Atualização Monetária - Mútuo	(1.301)	(775)	(1.326)	
Atualização Monetária - Contribuição de Iluminação Pública				2.844
Custo de Transação com Empréstimos			(873)	(271)
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	(2.538)	(6.999)	(9.754)	1.628
Dividendos Recebidos - Custo	(1.361)	(976)	(1.361)	(976)
Outros		818		544
	27.919	(159.636)	123.302	104.332
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	32.984	38.059	(228.784)	(6.815)
Estoques	90	(2)	1.616	(453)
Aplicações Financeiras			(2.625)	
Depósitos e Bloqueios Judiciais	(16)		(10.980)	(3.188)
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros		528	(122.191)	(345.263)
Tributos e Contribuições Compensáveis	(2.592)	5.855	(11.649)	(761)
Demais Créditos	8.409	9.175	67.032	46.389
	38.875	53.615	(307.581)	(310.091)
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	3.290	(133)	304.612	179.023
Obrigações Tributárias	(3.165)	(1.135)	6.912	62.904
Contribuição de Iluminação Pública			(11.058)	52.798
Encargos Regulatórios			9.108	(150.751)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	47	183	8.343	(69)
Obrigações Societárias	(5.458)	(10.623)	(7.812)	(10.636)
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			61.860	249.380
Benefícios Pós-Emprego			(27.697)	(187.579)
Obrigações Vinculadas a Concessão				(2.889)
Demais Obrigações	(485)	175	(17.974)	(8.041)
	(5.771)	(11.533)	326.294	184.140
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	1.361	57.576	1.361	21.419
Juros Recebidos - Mútuo	825	775	886	
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social				(63.716)
Pagamento de Encargos da Dívida			(37.329)	(41.614)
	2.186	58.351	(35.082)	(83.911)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	31.793	110.406	106.197	156.939



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasileira de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017 estão incluídas no quadro seguinte:

28.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Exercício findo em 30/09/2018					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	1.177.533	7.442	104.082	17.285		1.306.342
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(4.255)	(22)	(3.656)	(1.912)		(9.845)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			1.670	29.615	(29.610)	1.675
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.864.747	14.162	133.986	47.281	(103.270)	1.956.906
Custo com Energia Elétrica	(1.467.965)	(4.142)	(52.659)		103.270	(1.421.496)
Custo de Operação	(194.970)	(531)	(25.456)	(2.580)		(223.537)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(1.745)	(2.334)	(1.086)	(35.964)		(41.129)
Lucro Bruto	200.067	7.155	54.785	8.737		270.744
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(204.539)	(1.554)	1.945	(41.969)	55.020	(191.097)
Despesas com Vendas	(100.840)			5.983		(94.857)
Despesas Gerais e Administrativas	(111.002)	(1.533)	(3.687)	(13.628)		(129.850)
Resultado de Equivalência Patrimonial			5.054	(38.542)	55.023	21.535
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	7.303	(21)	578	4.218	(3)	12.075
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(4.472)	5.601	56.730	(33.232)	55.020	79.647
Receitas (Despesas) Financeiras	(84.123)	136	2.054	1.550		(80.383)
Receitas Financeiras	64.788	249	3.711	1.736		70.484
Despesas Financeiras	(126.431)	(113)	(1.657)	(186)		(128.387)
Variação Cambial	(22.480)					(22.480)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(88.595)	5.737	58.784	(31.682)	55.020	(736)
Imposto de Renda e Contribuição Social	377	(562)	(14.565)	1.093		(13.657)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-	(562)	(16.851)			(17.413)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	377		2.286	1.093		3.756
Prejuízo do Período	(88.218)	5.175	44.219	(30.589)	55.020	(14.393)
Atribuído aos Acionistas Controladores						(30.323)
Atribuído aos Acionistas não Controladores						15.930



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 30/09/2016					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	2.544.665	14.614	398.028	711.649	(442.978)	3.225.979
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(191.297)	(2.697)	(45.392)	27.501	93.135	(118.749)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			216.733	638.152	(492.182)	362.703
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.489.073	11.114	94.139	31.814	(95.397)	1.530.743
Custo com Energia Elétrica	(1.208.012)	(1.340)	(24.431)		95.397	(1.138.386)
Custo de Operação	(164.057)	(829)	(42.683)	(6.162)		(213.731)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(418)			(20.278)		(20.696)
Lucro Bruto	116.586	8.945	27.025	5.374		157.930
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(135.239)	(2.628)	8.016	10.061	(23.159)	(142.949)
Despesas com Vendas	(78.087)			(7.214)		(85.301)
Despesas Gerais e Administrativas	(120.400)	(2.196)	(8.488)	(7.913)		(138.997)
Resultado de Equivalência Patrimonial			15.839	27.757	(23.159)	20.437
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	63.248	(432)	665	(2.569)		60.912
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(18.653)	6.317	35.041	15.435	(23.159)	14.981
Receitas (Despesas) Financeiras	(22.366)	552	1.190	4.501		(16.123)
Receitas Financeiras	107.219	623	5.757	4.624		118.223
Despesas Financeiras	(144.848)	(71)	(4.567)	(123)		(149.609)
Variação Cambial	15.263					15.263
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(41.019)	6.869	36.231	19.936	(23.159)	(1.142)
Imposto de Renda e Contribuição Social	38.592	(568)	(6.165)	(372)	-	31.487
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(40.009)	(568)	(6.359)	(372)		(47.308)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	78.601		194			78.795
Lucro (Prejuízo) do Período	(2.427)	6.301	30.066	19.564	(23.159)	30.345
Atribuído aos Acionistas Controladores						20.024
Atribuído aos Acionistas não Controladores						10.321

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1 TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

A CEB Distribuição S/A estruturou sua Terceira Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, cujo valor total de Emissão foi de R\$ 200.000 mil, tendo como prazo de vencimento 60 (sessenta) meses a contar da sua data de emissão. O Valor Nominal será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, com carência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de emissão, com remuneração de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos de um spread de 4% (quatro por cento) ao ano.

Os recursos oriundos da Terceira Emissão de Debêntures serão utilizados para a liquidação integral, incluindo principal, juros e eventuais encargos, das Cédulas de Crédito Bancário nº 601188-0, 601191-0, 601192-0, 601193-0, 601194-0, 601195-0 e 601372-0, emitidas pela Empresa em favor do Banco BOCOM BBM S.A., para alongamento da dívida de curto prazo e, também, para reforço do capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Distribuidora.

29.2 PARCELAMENTO DE FATURAS DE ENERGIA DA USINA DE ITAIPÚ/ELETOBRAS NA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

A CEB Distribuição S/A negociou com as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), o parcelamento da dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipú Binacional, referentes às faturas dos meses de março, abril, maio, junho e julho de 2018, que totalizam US\$ 31.948 mil dólares americanos. As parcelas serão atualizadas até o cumprimento das condições de eficácia do contrato a uma taxa 0,5% (meio por cento), calculados pro rata die, durante os primeiros 15 (quinze) dias, e de 1% (um por cento), também calculados pro rata die, a partir do 16º (décimo sexto dia) de cada mês.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor total desta negociação de dívida, será amortizado em 18 (dezoito) parcelas mensais e consecutivas, com início em 30 de novembro de 2018 e com juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, a partir da assinatura do contrato.

29.3 VENDA DE TERRENO DA CEB GERAÇÃO S.A.

Foi homologada a licitação de alienação do terreno do Trecho 6 do SIA – Setor de Indústria e Abastecimento, pelo valor de R\$ 76.100, montante superior à maior avaliação feita para o imóvel. O pagamento da alienação ocorrerá nas seguintes condições: 30% de entrada, correspondente ao valor de R\$ 22.830; e o restante do valor em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo IGPM apurado no mês anterior, mais 0,5% a.m. de juros.

Em 23 de outubro de 2018 foi assinado o contrato de compra e venda.

29.4 SUSPENSÃO DAS ALIENAÇÕES DOS ATIVOS DE GERAÇÃO DA CEB E DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A Lei nº 5.577, de 21 de dezembro de 2015, autorizou a Companhia Energética de Brasília – CEB e a CEB Participações S/A, a alienarem participações acionárias de empresas de geração de energia elétrica. Cumpre esclarecer que o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, solicitou esclarecimentos acerca do certame licitatório e, por meio da Decisão nº 138/2018, suspendeu as alienações das participações acionárias detidas pela CEB nas sociedades Energética Corumbá III S.A., CEB Lajeado S.A., Corumbá Concessões S.A. e BSB Energética S.A.; e das participações societárias detidas pela CEB Participações S.A. na sociedade Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEMIG-CEB UHE Queimado, em leilão a ser promovido na Brasil, Bolsa, Balcão S.A. – B3, até ulterior deliberação do Tribunal.

Brasília, 14 de novembro de 2018.

LENER SILVA JAYME
Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA
Diretor de Planejamento Estratégico

LENER SILVA JAYME
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

MARLY GOMES ARAÚJO
Contadora
CRC – DF 7901/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.

Relatório do auditor independente

Informações Trimestrais (ITR)

Em 30 de setembro de 2018

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.

Informações Trimestrais (ITR)

Em 30 de setembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as Informações Trimestrais (ITR)

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto

Demonstrações dos valores adicionados – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às Informações Contábeis Intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética de Brasília S.A.

Brasília – DF

Introdução

Revisamos as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia Energética de Brasília S.A. ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data, e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Trimestrais – (ITR)

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Informações Contábeis Intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Contábeis Intermediárias.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta histórico de deficiência de capital de giro e alto índice de endividamento. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 2.3.1.1 (i). As informações trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as Informações Trimestrais (ITR) tomadas em conjunto.

Brasília-DF, 14 de novembro de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 – S - DF

Alfredo Ferreira Marques Filho

Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S - DF

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao 3º trimestre de 2018.

LENER SILVA JAYME

Diretor-Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

FERNANDO OLIVEIRA FONSECA

Diretor de Planejamento Estratégico

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às informações trimestrais da CEB referentes ao 3º trimestre de 2018; e,

(II) reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da CEB relativas ao 3º trimestre de 2018.